

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: 01/02/2013 a 28/02/2013**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Monsanto cresce apesar de críticas a transgênicos. Ian Berry The Wall Street Journal – Valor Econômico. 01/02/2013	5
OMS recomenda limites de consumo de sal para crianças – Folha de São Paulo. 01/02/2013.....	6
Conar determina fim do uso de crianças em merchandising. Bruno Rosa, Ronaldo D'Ercole e Roberta Scrivano – O Globo. 02/02/2013.....	7
O desperdício de comida - O Estado de S.Paulo. 02/02/2013.....	8
"A medicina do futuro terá como base os transgênicos". Flávia Milhorce – O Globo. 03/02/2013.....	10
Regulação da publicidade de alimentos. Luís Roberto Barroso – Valor Econômico. 04/02/2013.....	12
EUA estabelecem regras para alimentos vendidos em escolas – Folha de São Paulo, New York Times. 04/02/2013.....	13
MDS repassa R\$ 144 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do MDS. 05/02/2013.....	14
O Brasil e a demanda mundial de alimentos. Alysson Paulinelli e Antonio Licio – Valor Econômico. 05/02/2013	15
Mapa busca apoio do Consea para modernização das Ceasas no País – Site do MAPA. 06/02/2013.....	17
Plano Nacional de Armazenagem é tratado em Câmara Temática – Site do MAPA. 06/02/2013.....	18
Dilma confirma desoneração da cesta básica. André de Souza – O Globo. 06/02/2013	18
Governo estuda isenção total de impostos para produtos da cesta básica. Claudia Safatle e Ribamar Oliveira – Valor Econômico. 06/02/2013.....	19
Inflação dos alimentos desafia governo. Tarso Veloso – Valor Econômico. 06/02/2013	21
Escândalo arranha reputação de 'barão' da carne na Irlanda. Jamie Smyth Financial Times – Valor Econômico. 06/02/2013.....	22
Dossiê da Abrasco denuncia a realidade de agricultores afetados por agrotóxicos. <i>André Antunes - Brasil de Fato</i> Site do MST. 07/02/2013	24
O limite da propaganda. Flávia Piovesan – O Globo. 07/02/2012.....	26
A publicidade afasta-se das crianças. Que ótimo. Eugênio Bucci – O Estado de S. Paulo. 07/02/2013.....	27
Preço da cesta básica sobe mais de 10% em cidades do Nordeste. Marcia Chiara - O Estado de S.Paulo. 07/02/2013	29
Déficit de estocagem se agrava com safra cheia. Carine Ferreira, Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr., Tarso Veloso e Mariana Caetano – Valor Econômico. 07/02/2013.....	30
Conab integra Grupo de Trabalho para propor sugestões ao Plano Nacional de Abastecimento – Site da CONAB. 08/02/2013	32

Acordo para reduzir sódio em alimentos terá baixo impacto. Johanna Nublat – Folha de São Paulo. 08/02/2013	33
McDonald's mostra a origem dos ingredientes de lanches da rede. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 10/02/2013	34
Disputa sobre royalties atinge nova tecnologia lançada pela Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico. 13/02/2013	35
Ex-funcionários da Basf protestam contra intoxicação por agrotóxicos – Site do MST. 14/02/2013.....	37
Shell e Basf tentam acordo no TST para encerrar caso de R\$ 1 bilhão. Juliano Basile – Valor Econômico. 14/02/2013	38
Hambúrguer de cavalo pode conter droga vetada – Folha de São Paulo. 15/02/2013.....	39
Lanche engorda adolescente – Folha de São Paulo. 16/02/2013.....	40
Metade da área cultivada no Brasil será de transgênicos em 2013. <i>Daniele Silveira - Radioagência NP Site do MST.</i> 18/02/2013	40
Planalto lidera mudanças em estratégias de abastecimento Mauro Zanatta – Valor Econômico. 19/02/2013	41
Mapa analisa políticas diferenciadas para culturas da cesta básica – Site do MAPA. 20/02/2013.....	42
Consulta pública sobre educação alimentar recebe 236 contribuições – Site do MDS. 20/02/2013.....	43
Hospital gaúcho abre chamada para aquisição de alimentos da agricultura familiar – Site do MDA. 20/02/2013	43
Brasil vendeu 2,4 mil toneladas de carne de cavalo em 2012. Henrique Gomes – O Globo. 20/02/2013	44
Basf e Shell não aceitam proposta de indenização a contaminados – <i>MPT Site do MST.</i> 21/02/2013.....	46
Brasil elevou em 21% área com transgênicos. Clive Cookson Financial Times – Valor Econômico. 21/02/2013	47
Ritmo da expansão global dos transgênicos arrefece. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/02/2013	48
CNA refuta acordo proposto por Monsanto – Valor Econômico. 21/02/2013	49
Pesquisa revela queda de produtividade do milho transgênico nos EUA - Campanha Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos Site do MST. 22/02/2013.....	50
Ameaça à produção de comida. Editorial - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013	51
Governo planeja mudar abastecimento. Mauro Zanatta – Valor Econômico. 22/02/2013	53
Instituições se reúnem para discutir o Tratado sobre Recursos Fitogenéticos – Site do MAPA. 25/02/2013	54
STJ derrota Monsanto e nega extensão de patente de soja transgênica – Site do MST. 25/02/2013.....	55
Governo apela a mais armas contra inflação de alimentos – Valor Econômico. 26/02/2013.....	55

Bem-estar animal na berlinda. Ruth Sullivan Financial Times – Valor Econômico. 26/02/2013.....	57
Oxfam avalia cadeia de produção de grandes grupos. Bettina Barros – Valor Econômico. 26/02/2013.....	58
Rede virtual discute educação alimentar e nutricional – Site do MDS. 27/02/2013	60
Quantidade de alimentos doados no ano passado ultrapassou as 200 mil t – Site da CONAB. 27/02/2013	61
Segurança alimentar no campo promove encontro em Brasília – Site do MDA. 27/02/2013.....	61
Inflação ainda terá peso dos alimentos. Mauro Zanatta e Thiago Resende – Valor Econômico. 27/02/2013	62
Agrotóxico faz abelhas desaparecerem e comprometem biodiversidade. Najar Tubino - Carta Maior . 28/02/2013	64
Requião: transgênicos encarecem produção e deixam agricultores reféns – Site do MST. 28/02/2013.....	68

Monsanto cresce apesar de críticas a transgênicos. Ian Berry | The Wall Street Journal – Valor Econômico. 01/02/2013

A Monsanto Co. encontrou um terreno fértil no setor de alimentos geneticamente modificados e no boom global da agricultura, mas a maior produtora de sementes do mundo também colheu sua parcela de polêmicas.

Para os críticos, ela é uma defensora de alimentos perigosos e um símbolo de um sistema dominado por um punhado de empresas alimentícias gigantes em detrimento dos pequenos produtores. Uma tentativa de aumentar preços em 2010 provocou a reação dos agricultores, e alguns investidores já questionaram a viabilidade de longo prazo dos produtos da Monsanto, uma vez que algumas ervas daninhas se mostraram resistentes ao seu melhor herbicida e alguns insetos penetraram em seu milho geneticamente modificado.

E sua história como fabricante de químicos, que inclui ter herdado a empresa que fazia o agente laranja - o herbicida tóxico usado na Guerra do Vietnã -, marcou a Monsanto com um estigma persistente.

Mesmo assim, a empresa liderada pelo diretor-presidente Hugh Grant revisou seu plano de preços para acalmar os agricultores e manteve-se firme nos produtos transgênicos.

A superioridade do desempenho da Monsanto em relação às suas concorrentes está aumentando - depois de despencar 47% em 2010, o lucro da empresa mais do que se recuperou, diz Grant, tendo crescido 87% nos últimos dois anos.

Grant, um escocês de 54 anos, conversou recentemente com o The Wall Street Journal na sede da Monsanto, localizada nos arredores de St. Louis, no Estado americano de Missouri. Seguem trechos editados:

WSJ: Qual o problema de revelar ingredientes geneticamente modificados para os consumidores?

Hugh Grant: Creio que um trabalho muito melhor precisa ser feito pelo setor em geral para comunicar como, onde e quem produz os alimentos e a segurança e integridade deles.

WSJ: No coração deste debate está a segurança. Como saber se um alimento geneticamente modificado é seguro?

Grant: Eles são os produtos alimentícios mais testados que já existiram. A Europa criou sua própria Agência de Padrões de Alimentos, que já gastou 300 milhões de euros (US\$ 403,7 milhões) e concluiu que essas tecnologias são seguras. [Recentemente] a França determinou que não há problemas de segurança com a linha de milho que apresentamos lá. Assim, há uma alta dose de barulho político. Tirando isso e olhando a ciência, a ciência em torno dessas tecnologias é muito forte.

WSJ: Cerca de três anos atrás, a empresa recebeu muita atenção negativa devido a lucros em queda, receios quanto ao desempenho de sementes e revolta de produtores com os preços. Como o sr. reverteu a situação?

Grant: Voltamos ao básico e nos reconectamos com nossos clientes. Focamos na consistência. Ficamos previsíveis em nossos preços, consistentes na nossa mensagem e monitoramos isso por três anos. Isso nunca acaba.

WSJ: Dois dos seus mais altos executivos têm experiência no setor de hortifrúti. Isso é coincidência? Como o sr. vê o crescimento do setor?

Grant: Frutas frescas e hortaliças de alta qualidade estão se tornando mais importantes que nunca. Então, vemos uma oportunidade ali, mas a oportunidade nas hortaliças será em função de onde gastaremos o dinheiro. Gastaremos nosso dinheiro em nutrição e sabor. Muitas hortaliças parecem ótimas, mas o gosto não é lá essas coisas. Acreditamos que o consumidor vai [estar disposto a] pagar mais por mais nutrição e sabor.

WSJ: O que é mais importante para a Monsanto: cultivo convencional de sementes ou biotecnologia?

Grant: Os dois. Gastamos US\$ 1,25 bilhão por ano com pesquisa e desenvolvimento e [a divisão] é quase meio a meio. A biotecnologia recebe mais atenção, mas é a combinação das duas que realmente cria uma potência. Dez anos atrás, tínhamos organizações separadas para cultivo e biotecnologia. Elas estão amplamente unidas hoje.

WSJ: Já houve alguma discussão sobre mudar o nome da empresa, dado o passado da Monsanto como fabricante do agente laranja?

Grant: Quando lançamos a empresa, nós examinamos isso. Saía caro. Éramos uma empresa iniciante. Nunca tivemos problemas para pagar salários, mas não tínhamos muito caixa. E era uma despesa que na época parecia alta. Então, apelamos para a ambiguidade de dar à empresa o mesmo nome de antes, mas na verdade não éramos mais como antes.

WSJ: Até que ponto o sr. está preocupado com as mudanças climáticas e os seus efeitos na agricultura e na Monsanto em particular?

Grant: Analisamos a questão há três ou quatro anos. [...] As conclusões a que chegamos na época foram: 'Algo está definitivamente acontecendo. Isso não é uma anomalia. Há evidências suficientes de que está aquecendo'. Isso trará desafios para a agricultura, o meio-ambiente está aquecido no exato momento em que precisamos produzir mais. No longo prazo, teremos que nos concentrar em cultivos adaptados a essas mudanças de temperatura.

**OMS recomenda limites de consumo de sal para crianças – Folha de São Paulo.
01/02/2013**

Entidade também passou a indicar menos sódio para adultos

A OMS (Organização Mundial da Saúde) recomendou, pela primeira vez, limites para o consumo diário de sódio para crianças. A entidade indicou ainda uma ingestão menor de sal para adultos.

De acordo com as novas diretrizes da entidade, o limite máximo de 2 g de sódio (ou 5 g de sal) deve ser ajustado para crianças, dependendo da idade, do peso e das necessidades calóricas de cada uma. As recomendações valem para os maiores de dois anos.

A pressão alta na infância tem uma associação significativa com o mesmo problema na vida adulta, o que significa um maior risco de doenças ligadas à hipertensão, como as cardiovasculares, segundo a OMS. Por isso a importância da atenção precoce ao problema.

A entidade também revisou suas diretrizes que tratam do consumo de sódio para adultos. Antes, a OMS recomendava o consumo diário de 2 g de sódio. As novas recomendações baixaram esse limite e agora indicam a ingestão de menos de 2 g de sódio por dia.

O texto recomenda ainda o consumo de pelo menos 3,5 g de potássio ao dia.

Uma pessoa com níveis elevados de sódio e níveis baixos de potássio tem maior risco de apresentar hipertensão.

Hoje, porém, a maioria das pessoas consome o dobro do sódio recomendado e menos do que o ideal de potássio.

"Doenças não comunicáveis ligadas à alimentação são crônicas e levam décadas para se manifestar. O atraso do surgimento dessas doenças poderia salvar vidas e resultar em cortes de gastos substanciais", disse a OMS.

Conar determina fim do uso de crianças em merchandising. Bruno Rosa, Ronaldo D'Ercole e Roberta Scrivano – O Globo. 02/02/2013

Ao estabelecer novas regras para a participação de crianças na publicidade, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) determinou ontem que, a partir de março, as crianças de até 12 anos não poderão participar de qualquer tipo de ação de merchandising em TV, rádio e mídia impressa, conforme antecipara Ancelmo Gois em sua coluna. O órgão também proíbe a utilização de elementos do universo infantil ou outros artifícios publicitários com o objetivo de chamar a atenção das crianças.

O Conar também sugeriu o fim do merchandising de produtos infantis em programas destinados a crianças. Essas ações ficariam restritas aos intervalos e espaços comerciais dos programas. As normas do Conar, de adesão voluntária, são unanimemente aceitas e seguidas no país por anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação.

- Trata-se de um importante aperfeiçoamento às regras que vêm sendo praticadas desde 2006, quando promovemos uma reforma bastante profunda no nosso código. Desde então, o Brasil tem um dos regramentos éticos mais exigentes para essa classe de

publicidade no cenário internacional. O Conar, mais uma vez, corresponde às legítimas preocupações da sociedade com a formação de suas crianças - afirmou o presidente do Conar, Gilberto Leifert.

A decisão terá um impacto econômico na receita das emissoras, mas revela o amadurecimento da autorregulamentação da comunicação no país. A avaliação é de Daniel Slaviero, presidente da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e TV (Abert).

- Mostra que anunciantes, veículos e agências estão sensíveis às preocupações da sociedade com relação a esse público - disse Slaviero, acrescentando que as regras foram amplamente discutidas pelo setor.

Luiz Lara, presidente da Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap), concorda:

- É mais uma iniciativa saudável, mostrando que o caminho não é a proibição ou o fim da publicidade. A medida é importante no sentido de exercermos a liberdade de expressão com responsabilidade.

Já o pedagogo Ocimar Munhoz Alavarse, da Escola de Educação da Universidade de São Paulo (USP), considera que a medida "pode ser exagerada e não atingir o objetivo". Mas concorda que deve haver algum tipo de controle, já que hoje as crianças estão mais expostas à mídia que há 20 ou 50 anos:

- Não permitir a participação de uma criança em uma propaganda não quer dizer que se está evitando que ela tenha contato ou queira aquele produto. A medida é radical e pode ser ineficiente.

Carlos Thadeu de Oliveira, gerente técnico do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), argumenta que o merchandising viola o artigo 36 do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual a publicidade deve ser veiculada de forma que o consumidor a identifique como tal. Mas reconhece que as novas normas representam um avanço.

O desperdício de comida - O Estado de S.Paulo. 02/02/2013

Em todo o mundo joga-se fora ou perde-se, por ano, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos, o equivalente a um terço da produção total e a mais da metade da colheita de cereais. Num cenário em que a população do planeta deve saltar dos atuais 7 bilhões para 9 bilhões de habitantes até 2050, impõe-se a revisão urgente dos padrões de consumo e de produção alimentar. Assim, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) decidiram lançar uma campanha de conscientização para tentar reduzir o desperdício que se verifica, em maior ou menor grau, em todos os países.

Segundo a FAO, a perda total em nações ricas e em desenvolvimento é mais ou menos a mesma, variando de 630 milhões a 670 milhões de toneladas. Só o que é desperdiçado

pelos consumidores dos países industrializados equivale à produção alimentar da África Subsaariana, algo em torno de 230 milhões de toneladas por ano.

A FAO faz uma distinção entre perda e desperdício de alimentos. A perda está ligada à fase da colheita e da produção, e se verifica muito mais em países em desenvolvimento, que enfrentam defasagem tecnológica e falta de investimento em infraestrutura, em transporte e em especialização de mão de obra. No Brasil, que está entre os dez países que mais perdem alimentos, 35% da produção agrícola fica pelo caminho. Já o desperdício é aquele observado tanto na comercialização quanto no consumo, quando o alimento ainda comestível é jogado no lixo. Trata-se, nesse caso, de um fenômeno mais comum nos países desenvolvidos. Dados da FAO mostram que os consumidores europeus e americanos se desfazem de algo entre 95 e 115 quilos per capita de comida por ano, enquanto no Sudeste Asiático, na África Subsaariana e na África Meridional esse volume não passa de 11 kg per capita.

A campanha da FAO e do Pnuma salienta que se dá importância excessiva à aparência dos alimentos, o que se traduz nas rigorosas normas aplicadas pelas grandes redes de supermercados, resultando no descarte de comida ainda própria para o consumo. Além disso, esse alimento descartado poderia ser entregue a organizações humanitárias ou entidades de caridade, e não simplesmente jogado no lixo.

No que diz respeito a questões de comportamento, a FAO mostra que o consumidor, nos países ricos e nos emergentes, muitas vezes compra mais alimentos do que realmente necessita, apenas para aproveitar promoções, ou então come mais do que precisa em restaurantes que oferecem comida à vontade a preço fixo. Além disso, o consumidor em geral não costuma fazer um cardápio semanal para conseguir planejar a compra dos alimentos, de modo que muitos produtos comprados por impulso acabam esquecidos na geladeira, perdem a validade e são jogados fora. No Brasil, as famílias desperdiçam, em média, 20% do que compram em uma semana.

A campanha aposta na reeducação, ao convidar o consumidor a planejar suas compras no supermercado, a não rejeitar frutas cuja aparência não seja perfeita, a entender que a data de validade dos alimentos industrializados é apenas uma sugestão do fabricante, a reaproveitar os alimentos e a pedir porções menores nos restaurantes, entre outras medidas. Além disso, a FAO pede que restaurantes e supermercados façam auditorias para verificar onde está o desperdício, que ofereçam descontos para produtos cujo prazo de validade esteja próximo de vencer, que reduzam a variedade do cardápio e que ofereçam porções menores.

É fato que não se mudam comportamentos arraigados somente pelo desejo bem-intencionado de algumas organizações internacionais. No entanto, há um argumento que pode ajudar a deslanchar esse processo: o prejuízo com o desperdício não se limita à questão alimentar. Ao se jogar comida fora, estão sendo perdidos também recursos naturais, força de trabalho e muito dinheiro investido para produzir esses alimentos. A FAO calcula que nada menos que US\$ 1 trilhão por ano simplesmente vai para o lixo.

"A medicina do futuro terá como base os transgênicos". Flávia Milhorange – O Globo. 03/02/2013

Desenvolvimento de germicidas anti-HIV e vacinas contra gripe são exemplos de produtos em teste no Brasil e nos Estados Unidos

Na unidade de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa, Elíbio Rech coordena mais do que pesquisas de produtos transgênicos para a agricultura, e até a prevenção da Aids está na pauta. Árduo defensor dos transgênicos, Rech acredita que a medicina pode se beneficiar muito da biogenética, por reduzir os custos e tempo de fabricação de remédios. Ele diz que este é um caminho sem volta.

- A Embrapa tem uma pesquisa de prevenção da Aids a partir de transgênicos. Em que estágio está?

Está muito avançada. Em alguns tipos de algas foram descobertas moléculas que inibem a replicação do HIV. Hoje temos essas proteínas sendo produzidas no nosso laboratório, na soja; na Europa, em arroz e milho; nos Estados Unidos, em tabaco. Elas seriam usadas por mulheres como um gel microbicida antes do ato sexual. São muito importantes para a África, onde há países com mais de 60% das mulheres com HIV.

- Ele não tem efeito no homem?

Não. O objetivo principal deste estudo foi para as mulheres, porque muitas africanas não têm opção da utilização de preservativos pelos parceiros. Então, com isto, elas decidiriam.

- Qual é a viabilidade da pesquisa?

Durante o processo de avanço tecnológico, existem dois grandes desafios: o principal é saber fazer a engenharia; e depois, é tornar isto economicamente viável. Agora estamos neste ponto. É uma iniciativa de um consórcio entre países, que conta com o apoio dos governos brasileiro, americano e inglês.

- Faltam recursos para produção em larga escala?

O Brasil tem investido em Ciência e Tecnologia. São alguns bilhões, uma porcentagem de 1 a 1,7 do PIB. Não é um valor pequeno, inclusive comparado a países desenvolvidos. A nossa diferença é que o investimento do setor privado é insipiente. E não existe possibilidade de, com o custo das pesquisas atualmente, chegarmos ao desenvolvimento de produtos se não houver uma participação maior do setor privado.

- Por que o senhor acha que o setor privado não se mobiliza, já que os produtos poderiam trazer ganho para a própria indústria?

Não existe uma cultura de investimento em ciência nas empresas.

- A Embrapa está sob o Ministério da Agricultura, e em geral, o foco do órgão é esse. A Unha farmacêutica seria um novo viés?

Continuamos na área de alimentos. Esta pesquisa é uma expansão natural da utilização de plantas, até então limitadas ao consumo humano e animal, a outros setores de produção. A Embrapa não estará envolvida no desenvolvimento de produtos farmacêuticos. Nós temos uma semente de soja produzindo uma molécula contra HIV, já fizemos uma parte. Os testes de HIV são feitos na UFRJ e nos EUA. A pesquisa de fronteira hoje demanda um relacionamento interinstitucional

- Como a biogenética poderá beneficiar a saúde?

Poderá reduzir o custo de produção. Esperamos ser capazes de produzir " moléculas, inclusive que já estão no mercado, como o hormônio de crescimento humano, até 40% mais baratas. Isto possibilita acesso de uma maior camada da população. Na farmácia, ele custa R\$ 4 mil por mês. A base da medicina do futuro terá como fundamento o uso de moléculas transgênicas. Reduzir o custo destas moléculas será um objetivo das indústrias.

- A Lei de Biossegurança, que trata dos transgênicos no Brasil, é de 1995. Ela atende aos avanços atuais?

Nossa legislação é boa. Foi muito bem equacionada e atende perfeitamente à segurança alimentar e ambiental dos produtos desenvolvidos.

- Com início de pesquisas na década de 1960, os transgênicos hoje ainda são polêmicos em setores da sociedade. Como o senhor lida com feto?

Não há polêmica. Existem segmentos que insistem em levantar e continuar discutindo este ponto, que deve obviamente ser discutido. Mas estes produtos são consumidos há 15 anos, e não existe evidência de qualquer malefício à saúde humana, ambiental ou animal. Existem reivindicações de segmentos, mas não evidência.

- Uma das preocupações é que se trata de um método relativamente novo e que não há um longo prazo para avaliar seus prejuízos ou benefícios.

Não vamos ter nunca. Nada que façamos vai estar totalmente imune.

- Mas como a ciência então pode garantir a segurança de transgênicos?

Isto se garante por ensaios e avaliações. Mas o que significa segurança num cenário em que nenhum alimento que você comeu hoje no almoço é natural? Absolutamente todos eles são produtos da tecnologia. O arroz, o feijão, a carne, todos os vegetais. Não vai existir nunca a possibilidade de garantir efeito zero, de nada. Mas nós podemos reduzi-los.

- Em que ponto chegamos com o desenvolvimento de transgênicos?

A um bom ponto. Nos anos 60, acreditávamos que queríamos ir até onde estamos hoje. Temos o domínio da biologia sintética, o que vai acelerar o desenvolvimento de numerosos produtos com benefícios para a sociedade. E um ponto importante é que os

transgênicos têm a premissa de que todo e qualquer produto desenvolvido a partir de hoje tenha embutida a redução de emissões de CO2 na atmosfera.

- Como o senhor vê para os próximos anos o potencial da biogenética?

É uma tecnologia que chegou para solucionar vários problemas sérios. Estive num congresso internacional onde foi apresentada uma célula sintética. Para se ter ideia, se aparecer hoje um vírus mortal da gripe, nós precisamos de 35 dias para produzir uma vacina. Com a célula sintética, dá para produzir em sete, e o objetivo é chegar a um. Você acha que isto tem volta? Se aparecer uma epidemia que pode matar milhões de pessoas, vamos esperar 35 dias, tendo uma técnica mais rápida? Isso é uma ilusão.

Regulação da publicidade de alimentos. Luís Roberto Barroso – Valor Econômico. 04/02/2013

Um projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo impunha restrições à publicidade de alimentos e bebidas, consumidos pelo público infantil, que contivessem alto teor de açúcar, gordura ou sódio. O projeto foi fundamentadamente vetado pelo governador. Dentre outras razões, a disciplina da publicidade é reservada à lei federal (Constituição, art. 22, XXIX). Vale dizer: leis estaduais ou municipais não podem proibir publicidade, por determinação constitucional expressa. Essa regra aumenta a visibilidade e a abrangência do debate, evita a multiplicidade de regimes jurídicos e reduz o risco de restrições arbitrárias.

O precedente de São Paulo assume uma importância ainda maior pelo fato de a mesma discussão estar sendo desenvolvida em outros Estados e até mesmo em alguns municípios. Em quatro deles - Belo Horizonte, Florianópolis, Goiás e Rio de Janeiro - já houve projetos igualmente vetados com fundamentação semelhante. Segundo os defensores desse tipo de iniciativa, o objetivo central é a proteção das crianças, que seriam mais vulneráveis ao efeito persuasivo da mídia e acabariam sendo induzidas ao consumo exagerado. Um propósito certamente legítimo e desejável. No entanto, o maniqueísmo é quase sempre uma representação precária e distorcida da verdade. Ninguém é contra a promoção da saúde infantil. A questão é definir como isso deve ser feito e de que forma esse objetivo deve ser conciliado com outros, também relevantes.

Nas sociedades abertas e plurais, é frequente que interesses legítimos, protegidos pela Constituição, entrem em tensão, quando não em rota de colisão. É assim em toda parte do mundo. Quando isso acontece, deve-se fazer uma ponderação, buscando a compatibilização e o equilíbrio possível entre as situações contrapostas. No caso aqui comentado, estavam em jogo, de um lado, a proteção da criança e do adolescente e, de outro, a liberdade de expressão e informação, que são associadas à publicidade comercial.

Proibir anúncio é uma forma autoritária e equivocada de proteger e de educar

Crianças devem ser protegidas e educadas. Como consequência, não devem estar sujeitas a propaganda enganosa ou abusiva. Tampouco devem ser alvo de anúncios de produtos impróprios para o consumo infantil, como cigarros e álcool. Jovens, ademais, devem ser advertidos dos riscos do excesso de açúcar, de gordura ou de sal, bem como

ser incentivados a combinar alimentos saborosos com outros que sejam também saudáveis. Mas proibir anúncio de chocolate, doce de leite ou guaraná é uma forma autoritária e equivocada de proteger e de educar.

A publicidade é um componente importante da liberdade de expressão, de informação e da livre iniciativa. Como qualquer direito, não tem caráter absoluto e está sujeita a limites. Além de reservar a competência ao Congresso Nacional, a Constituição instituiu também um parâmetro relacionado ao conteúdo das leis que venham a tratar da matéria. Segundo o dispositivo constitucional pertinente, o papel do Poder Público não é o de escolher o que pode ou não ser veiculado, e sim o de estabelecer meios legais que permitam à pessoa e à família se defenderem da publicidade de produtos potencialmente nocivos. Com esses meios, os eventuais abusos podem ser controlados, inclusive pelo Conar, órgão de autorregulação da propaganda.

É bom que seja assim. Em uma sociedade democrática, o papel central do Estado não é o de trocar a liberdade por manuais de instruções para a existência, e sim o de criar condições para a escolha consciente. Mas o projeto de lei vetado pelo governador não incentivava a informação, o esclarecimento ou a moderação. Ele faz parte da cultura da proibição e, sobretudo, da cultura da censura prévia, da qual nunca nos libertamos inteiramente no Brasil. Adultos que não cresceram em liberdade procuram, inconscientemente, reproduzir o mundo em que viveram.

A vida boa é feita de virtudes, prazeres legítimos e riscos calculados. Crianças, portanto, devem ser ensinadas a ter caráter, a não sofrer com culpas desnecessárias e a ser prudentes, mas não medrosas. Ensinar a viver é, em primeiro lugar, obrigação da família. O Estado, por certo, é um coadjuvante importante, mas deve evitar o paternalismo exacerbado e moralismos diversos. Querer impor uma infância sem doce é uma condenação imprópria do desejo natural, e não uma forma de educar para a vida em equilíbrio e harmonia.

Nossos filhos não devem ser enganados e devem ser esclarecidos sobre os riscos da vida. Inclusive os riscos do autoritarismo e do pensamento único, que fazem mais mal do que o açúcar. Por outro lado, devem poder desfrutar dos contentamentos típicos da infância. Ao pretender viver a vida das famílias para poupá-las dos riscos, o Estado não apenas deixa de educar para o exercício responsável da liberdade, como priva as crianças da fantasia e da alegria, matérias-primas essenciais para uma vida feliz.

Luís Roberto Barroso é professor titular de direito constitucional da UERJ

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

EUA estabelecem regras para alimentos vendidos em escolas – Folha de São Paulo, New York Times. 04/02/2013

O governo americano divulgou diretrizes que dizem respeito a alimentos vendidos em escolas.

A ação faz parte do esforço da primeira-dama dos Estados Unidos, Michelle Obama, para combater a obesidade infantil. No país, uma em cada cinco crianças é obesa.

As diretrizes estabelecem regras para as calorias e a quantidade de gordura permitidas, encorajam as escolas a oferecer alimentos integrais e frutas e limitam a disponibilidade de bebidas açucaradas.

Mas há flexibilidade. As regras abrem espaço para que os pais enviem guloseimas em festas de aniversários e para que as escolas vendam doces, como biscoitos, a fim de arrecadar dinheiro para eventos.

O público terá 60 dias para comentar as regras antes que elas sejam finalizadas para o ano escolar de 2014-2015.

MDS repassa R\$ 144 milhões para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do MDS. 05/02/2013

Recursos vão beneficiar cerca de 27 mil famílias de agricultores familiares. Até junho de 2015, mais R\$ 2,6 bilhões serão repassados à Conab e deverão beneficiar aproximadamente 500 mil núcleos familiares rurais

Brasília, 5 – Organizações de agricultores familiares de todo o país que desejem participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já podem enviar propostas para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Nessa segunda-feira (4), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassou R\$ 144 milhões para a execução do convênio assinado em setembro de 2012 com a empresa pública.

O valor corresponde à primeira parcela de 2013 e beneficiará mais de 27 mil agricultores familiares. “A liberação desse recurso permite que a Conab receba imediatamente as propostas das organizações e garanta a continuidade do programa”, diz a coordenadora de Aquisição e Distribuição de Alimentos do MDS, Janaína Kern da Rosa.

Em 2012, o MDS repassou R\$ 539,4 milhões para a Conab executar o PAA, beneficiando 119,8 mil famílias de agricultores por meio da aquisição de quase 270 mil toneladas de sua produção. O termo de cooperação entre MDS e Conab prevê mais de R\$ 2,6 bilhões em investimentos até junho de 2015, para comprar alimentos de cerca de 500 mil famílias rurais.

Podem participar do programa agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), inclusive os povos e comunidades tradicionais – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais, comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais. Os participantes deverão estar organizados em cooperativas ou associações.

Na proposta a ser apresentada, além da identificação dos agricultores que vão fornecer os alimentos, devem constar as instituições que serão beneficiadas com a distribuição dos alimentos e o tipo de produto a ser fornecido. Enquadram-se no PAA os produtos de

origem agropecuária e extrativista próprios para consumo humano, sejam in natura, industrializados, processados ou orgânicos.

O Brasil e a demanda mundial de alimentos. Alysson Paulinelli e Antonio Licio – Valor Econômico. 05/02/2013

Em novembro, o **Valor** publicou artigo em que demonstramos surpresa com os resultados de pesquisas encomendadas pela Associação Brasileira de Produtores de Milho (Abramilho) que apontavam para a relativa estagnação de novas áreas para plantio no Brasil, limitadas em não mais que 7 milhões a 8 milhões de hectares. Esses espaços existem apenas nos cerrados e deverão ser plenamente utilizados ainda em meados desta década.

Apontávamos também que o crescimento das safras a partir de então se dará por meio da aplicação maciça de tecnologia para utilização de segundas safras, para aumento da produtividade das pastagens e liberação dessas áreas para lavouras, assim como para o aumento da produtividade em geral e da irrigação. Nessa linha, o Brasil ainda terá muito a crescer, sem abertura de novas áreas, limitadas que foram pela natureza - e não pelos homens - em não mais que 20% de todo o território brasileiro.

Em seminário organizado pelo Fórum do Futuro, em Brasília, (Centro-Oeste Tempo 3), analisamos as possibilidades de crescimento dos cerrados nessa perspectiva e, para tal realizamos estudos sobre a evolução da demanda mundial de alimentos no período 2010 a 2020, que se mostrou explosiva.

Os "serviços", na verdade são, na quase totalidade, derivados da renda de atividades agrícolas ou industriais

Baseados em projeções que consideraram a evolução da renda das populações envolvidas, num total de 166 países, e trabalhando com 12 produtos principais, concluímos que as demandas adicionais para o ano 2020 seriam, resumidamente, em toneladas: a) milho, mais 178 milhões; soja, mais 50 milhões; arroz, mais 65 milhões; trigo, mais 65 milhões; carne bovina, mais 12 milhões; carne suína, mais 69 milhões; carne de aves, mais 32 milhões, para citar apenas os principais.

Quaisquer exercícios de projeções de oferta que se faça visando avaliar as possibilidades de atendimento dessa demanda futura mostram frustrações. Ou seja, caminhamos para uma crise de oferta de alimentos. Por exemplo, tome-se os dois produtos principais, o milho e a soja. Pode-se afirmar que não há a mínima chance de que as ofertas mundiais desses alimentos respondam com os mesmos níveis de produção requeridos pela demanda para que sejam mantidos os níveis de preços de 2010.

Entre áreas novas e aumentos de produtividade, aquelas duas culturas requereriam o seguinte equivalente: para o milho, 25 milhões de hectares ao rendimento médio de 7 toneladas por hectare; para a soja, 10 milhões hectares, com uma média de 3,5 toneladas por hectare. Arroz e trigo mais 20 milhões de hectares.

O crescimento registrado em área de lavouras, no Brasil, tem sido no máximo entre 1,5% a 2% ao ano. Isso nos melhores anos, diante das limitações de terras, máquinas, insumos, empresários, etc. Outros países produtores como EUA, Argentina, China e Índia têm tido crescimento e perspectivas ainda menores que o Brasil. Resultado: preços futuros serão ainda maiores do que os de 2010, que estiveram pouco abaixo dos atuais mas ainda muito estimulantes.

A década de 2000 a 2010 mostrou que o Brasil finalmente se libertou de políticas cambiais equivocadas, que limitaram os preços do setor agrícola e atuaram como barreiras ao seu crescimento. Por outro lado, o crescimento autóctone de China e Índia nesse período tem ensejado demanda e preços internacionais reais de alimentos em outro patamar histórico, mais elevados. A agricultura brasileira tem sabido responder a esses preços a partir de 2003, com crescimentos espetaculares, exceto nas frustrações climáticas em 2008 e 2012, retomando inclusive áreas que estavam ociosas desde a década de 1980. Nessa esteira veio o crescimento da economia como um todo. Em que medida?

Pesquisas em desenvolvimento no âmbito do Fórum do Futuro ajudarão a melhor entender a real relação Produto Interno Bruto (PIB) agrícola e o global. Desde 1995, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e posteriormente outros órgãos, vêm calculando o PIB da cadeia do agronegócio (setores a montante e a jusante da porteira da fazenda), estimando um percentual entre 25 e 30% do global. Esse número está subestimado pois não leva em conta toda a renda que nasce a partir da renda original gerada pelo setor agrícola (alguns municípios do Mato Grosso têm essa relação em 100%). Daí a sub-apreciação da agricultura por políticos, empresários, mídia, enfim, toda a sociedade. Depois de reconhecer o notável desempenho da agricultura brasileira nos anos recentes, há quem lamente que o setor só participe com 5% do PIB nacional.

Essa distorção existe porque as contas nacionais, tais como calculadas pelo IBGE, baseiam-se em classificações anacrônicas do estatístico britânico Colin Clark (1905-1989) do que vem a ser os "setores" da economia: 1) setor primário (agricultura e extração, inclusive mineração); 2) secundário (indústrias, inclusive construção e agroindústria); e 3) serviços (o resto) - classificação que ainda vigora. A intuição do erro é de fácil compreensão: médicos, jornalistas ou os postos de gasolina que operam em Lucas do Rio Verde (MT), por exemplo, só estão lá porque foram atraídos pela produção agrícola. Mas nas contas nacionais eles são computados no campo dos "serviços", e não na agricultura. E isto vale para todo o "resto". Nessa prática, quem leva os louros da sociedade são os "serviços", que na verdade são, na quase totalidade, derivados da renda de outras atividades, agrícolas ou industriais.

Finalmente, cabe ressaltar a responsabilidade da agricultura pelo crescimento de outros setores via garantia de demanda interna ou liquidez de divisas externas. Nos últimos 50 anos o Brasil tem sofrido recorrentes travamentos no seu crescimento econômico por falta de liquidez externa (1973-1982-1995), o que não mais deverá ocorrer devido aos expressivos saldos comerciais agrícolas, da ordem de US\$ 80 bilhões por ano.

A nova política de câmbio livre e a expectativa de preços reais agrícolas em patamares iguais ou superiores aos atuais garantirão produção agrícola e renda crescentes e, na sua esteira, crescimento econômico por pelo menos uma década, independente de crises

mundiais localizadas. O Fórum do Futuro tem essas e outras questões de interesse nacional em sua pauta de discussões. Até porque, este novo olhar sobre a agricultura, uma nova compreensão da importância social e econômica do setor para o país, serão decisivos para definir escolhas a serem feitas hoje que determinam a qualidade do futuro econômico e social do país. Entre elas, destaca-se a inadiável prioridade que deve ser dada, à pesquisa agrícola, sob pena do Brasil comprometer suas chances potenciais de liderar o mercado mundial de alimentos.

Alysson Paulinelli é ex-ministro da Agricultura (1974-79); detentor do prêmio "World Food Prize"; presidente do Conselho Consultivo do Fórum do Futuro.

Antonio Licio é economista, Ph.D, (UFMG e Vanderbilt University); e consultor do Fórum do Futuro.

Mapa busca apoio do Consea para modernização das Ceasas no País – Site do MAPA. 06/02/2013

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) propôs ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) que integre as discussões sobre a reestruturação das Centrais de Abastecimento (Ceasas) no País. De acordo com o Mapa, as Ceasas terão papel decisivo na implementação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Governo, a partir do Plano Nacional de Abastecimento. A reunião com os conselheiros do Consea, realizada na manhã desta quarta-feira, dia 6 de fevereiro, em Brasília, foi conduzida pelo secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), Caio Rocha.

Rocha destacou a importância de o Consea participar com proposições na construção da proposta de reestruturação das Ceasas. Isso se dará por meio da avaliação dos relatórios que serão elaborados pelo Grupo de Trabalho (GT), constituído pelo Mapa no final do ano passado para reestruturar as Ceasas. O prazo para a elaboração dos relatórios é até o final do mês de fevereiro, quando os documentos serão enviados ao Conselho para avaliação. A estimativa é de que até o dia 23 de abril, quando a Comissão Permanente de Abastecimento do Consea se reúne, o relatório seja referendado pelos conselheiros e devolvido ao Ministério com as contribuições.

“A participação do Consea é muito importante na construção da política nacional de abastecimento. Não podemos falar do plano sem incluir a segurança alimentar e nutricional. Por isso as contribuições do Consea são essenciais para a conclusão do relatório que será posteriormente encaminhado ao ministro Mendes Ribeiro”, salientou o secretário.

Saiba mais:

Entre os objetivos do Plano Nacional de Abastecimento, constam a promoção da organização entre as cadeias produtivas de distribuição dos excedentes agrícolas, o incentivo ao uso e ao acesso de embalagens devidamente adequadas à legislação, aperfeiçoamento do controle de qualidade e diminuição das perdas de excedentes. Também se destacam o subsídio ao conhecimento para a educação nutricional e a recuperação das estruturas físicas de centrais de abastecimento.

**Plano Nacional de Armazenagem é tratado em Câmara Temática – Site do MAPA.
06/02/2013**

GT tem mais 120 dias para fazer o diagnóstico das demandas de armazenagem nos estados produtores

Estiveram reunidos nessa quarta-feira (6), no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), os representantes da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio. Durante o encontro, os integrantes receberam a informação que o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de estudar o Plano Nacional de Armazenagem teve seu prazo ampliado para 120 dias.

O GT foi criado com a finalidade de fazer o diagnóstico do setor público e privado identificando as demandas de armazenagens. "O GT vai traçar as diretrizes para aumentar a capacidade estática de armazenagem no país e promover uma redistribuição geográfica em função das áreas de produção que tem maior carência de instalação", disse o coordenador de Serviço de Infraestrutura e Logística do Mapa, Carlos Alberto Nunes.

Na oportunidade, foi apresentado o projeto do porto de Paranaguá – que organiza o fluxo de caminhões e também os processos portuários para melhorar e ampliar a capacidade operacional do porto. Foram debatidas também as contribuições para serem aperfeiçoados artigos da Medida Provisória 595 – que cuida da lei de regulação dos portos nos aspectos de concessões e das autorizações de portos de interiores e marítimas.

**Dilma confirma desoneração da cesta básica. André de Souza – O Globo.
06/02/2013**

Medida deve ser anunciada em 1º de maio e gerar uma renúncia fiscal de R\$ 3 bilhões

A presidente Dilma Rousseff confirmou ontem que vai desonerar os tributos federais que incidem sobre os produtos da cesta básica. A intenção do governo era fechar um acordo com os estados, para acabar também com os impostos estaduais que oneram a cesta, conforme antecipou o GLOBO em dezembro. Ontem, porém, Dilma disse que o acordo não foi possível, e por isso o governo federal agirá sozinho e extinguirá apenas os tributos federais. A presidente afirmou ainda que está estudando mudanças na composição da cesta, uma vez que a lei que a define é antiga e não inclui produtos novos. As declarações foram dadas em entrevista por telefone a três rádios do Paraná, quando respondia a perguntas sobre a carga tributária do setor agrícola.

Segundo fontes do governo, Dilma pretende formalizar a desoneração da cesta básica no Dia do Trabalhador (1º de maio), e a estimativa é que a medida resulte em renúncia fiscal de R\$ 3 bilhões.

- Eu concordo que esses tributos tenham de ser desonerados, principalmente da cesta básica. Nós estamos estudando a desoneração integral da cesta básica dos tributos federais - afirmou Dilma. - Essa é a ideia do governo federal, até porque é uma promessa minha feita no ano passado. Eu tentei fazer até o fim do ano, nós estávamos

negociando com os estados para ver se era possível também desonerar os impostos estaduais, mas como está muito difícil fazê-lo, preferimos agora tomar uma iniciativa só do governo federal e vamos fazer essa desoneração.

Otimismo com crescimento

A presidente também reconheceu que a recuperação da economia brasileira em 2013 será mais lenta do que o previsto anteriormente, devido ao desempenho econômico de outros países. Mas demonstrou otimismo ao afirmar que haverá crescimento e que o pior já passou. Ela disse que vai continuar, este ano, a desonerar investimentos e produção, num total de R\$ 53 bilhões. Segundo Dilma, os efeitos da redução da taxa de juros começarão a ser sentidos a partir de agora, contribuindo para a recuperação da economia brasileira.

- As recuperações (dos demais países) têm sido mais lentas. Mas têm ocorrido. E a conjuntura internacional parece ter melhorado, tanto na China quanto nos Estados Unidos. E a Europa parece ter passado pelo pior. Certamente, o Brasil vai dar sua contribuição - afirmou Dilma. - Vai ser um crescimento mais lento, o mercado internacional não se recuperou. Mas o Brasil tem um grande mercado interno. Nós estamos com a economia quase trabalhando a pleno emprego. Então tem um quadro de otimismo que a gente pode delinear.

A presidente minimizou a taxa de inflação em 2012, de 5,84%, acima do centro da meta do governo, de 4,5%, mas abaixo do teto, de 6,5%. Segundo Dilma, a inflação é uma das mais baixas desde a introdução do regime de metas de inflação. E disse ainda que a redução da tarifa de energia vai ajudar no combate à inflação deste ano, em proporção maior do que o aumento da gasolina.

Governo estuda isenção total de impostos para produtos da cesta básica. Claudia Safatle e Ribamar Oliveira – Valor Econômico. 06/02/2013

A desoneração da cesta básica deverá ocorrer ainda no primeiro semestre deste ano e terá impacto não desprezível sobre a inflação, segundo fontes oficiais. Ontem, a presidente Dilma Rousseff anunciou, em entrevista a emissoras de rádio do Paraná, que o governo estuda desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais - basicamente PIS-Cofins e IPI, sendo que esse último recai somente sobre o açúcar. Espera-se, agora, que os governos estaduais façam o mesmo e retirem a incidência de ICMS. Alguns já não tributam a cesta básica, e entre os que cobram o imposto, a alíquota varia de 7% a 10%.

A retirada dos impostos federais sobre os produtos da cesta teria impacto direto de 0,3 ponto percentual no IPCA, podendo chegar a 0,44 ponto percentual, considerando os efeitos indiretos, conforme cálculos da LCA Consultores. O Ministério da Fazenda tem suas próprias projeções, mas ainda não as divulgou.

Simultaneamente à desoneração, o governo vai editar um decreto redefinindo quais são os produtos que compõem a cesta básica. O decreto original, de 1938, nunca foi atualizado para uma lista de consumo mais contemporânea. Nele constam arroz, feijão, macarrão, banha de porco, caças em geral e a de tartaruga, em particular. A nova cesta

foi elaborada pelos ministérios da Fazenda, Casa Civil, Saúde e Desenvolvimento Social.

Em dezembro, o governo solicitou a inclusão, no Orçamento de 2013, de uma renúncia adicional de receitas da ordem de R\$ 9,79 bilhões, para que possa aprovar novas desonerações do PIS-Cofins neste ano. O custo da medida sobre a cesta básica deve ser parte dessa cifra, mas haverá novas reduções de alíquotas do PIS e da Cofins para setores específicos da economia. Esses setores ainda estão sendo definidos e as mudanças constarão de medida provisória a ser assinada pela presidente Dilma.

Para que o governo possa fazer a redução das alíquotas do PIS-Cofins de setores específicos neste ano, o Orçamento da União de 2013 precisa ser aprovado rapidamente, pois a renúncia de receita decorrente da medida terá que constar da estimativa de receita da lei orçamentária, de acordo com o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O governo estima perder R\$ 1,74 bilhão com as desonerações do PIS e R\$ 8,05 bilhões com as reduções de alíquotas da Cofins.

De acordo com ofício encaminhado pelo ministro Mantega à Comissão Mista de Orçamento do Congresso, essa renúncia de receita com a redução das alíquotas do PIS e da Cofins será compensada pela reestimativa da arrecadação a ser obtida este ano com concessões de serviços públicos, que aumentará R\$ 4,59 bilhões, e com a receita de dividendos de empresas estatais, que subirá R\$ 6 bilhões.

Além da perda de receita de R\$ 9,79 bilhões, o ministro Mantega pediu que fosse incluída também no Orçamento deste ano renúncia adicional de R\$ 800 milhões com a desoneração da folha de pagamento das empresas. Antes, a área econômica previa que o gasto com essa desoneração ficaria em R\$ 15 bilhões em 2013, mas o governo aumentou o número de setores beneficiados, depois que encaminhou a proposta orçamentária ao Congresso, em agosto do ano passado.

Em mensagem ao Congresso Nacional, apresentada segunda-feira na abertura dos trabalhos legislativos, a presidente informou que a política de desonerações terá continuidade em 2013, como parte do compromisso do governo com a redução e a racionalização da carga tributária.

A presidente espera que, em parceria com o Congresso e com Estados e municípios, o governo possa avançar mais este ano, "aprovar novas medidas para que o Brasil tenha política tributária mais justa para os cidadãos e mais favorável ao investimento".

Técnicos do Ministério da Fazenda estudam, também, a reformulação do PIS e da Cofins, que prevê a unificação dos dois tributos. Essa reformulação, porém, ainda não foi submetida à apreciação do ministro da Fazenda. Só depois de avalizada por Mantega, é que ela será enviada à Casa Civil e à presidente Dilma.

A expectativa da área técnica é que a proposta de reforma do PIS-Cofins seja encaminhada ao Congresso Nacional ainda neste semestre, na forma de medida provisória, para entrar em vigor apenas em 2014.

**Inflação dos alimentos desafia governo. Tarso Veloso – Valor Econômico.
06/02/2013**

Ministra Gleisi Hoffmann queria que Conab vendesse estoques públicos para combater alta nos preços dos alimentos

Após amargar um aumento anual médio de 10% nos preços dos alimentos nos últimos cinco anos, o governo decidiu que é hora de agir com uma política forte de abastecimento.

Na semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, convocou os representantes do Ministério da Agricultura e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para uma reunião com o objetivo de pôr em prática a estratégia de vender estoques públicos de grãos para conter a inflação dos alimentos - apontada pelo governo como um dos principais fatores para a elevação de 5,84% no IPCA em 2012.

Gleisi foi avisada, porém, que a Conab não tem estoques suficientes para levar a ideia adiante, apesar do crescimento contínuo da produção de grãos nos últimos anos. Hoje, a estatal praticamente não tem milho e feijão em seus armazéns e conta com apenas 756 mil de toneladas de arroz, o suficiente para um mês de consumo. O efeito da venda desse volume de arroz sobre os preços no varejo seria inócuo, já que a safra está sendo colhida e as cotações tendem a cair naturalmente nos próximos 45 dias.

Diante da impossibilidade de vender estoques públicos, o governo começou uma ofensiva para coordenar as expectativas do mercado. Na segunda-feira, em discurso a produtores rurais no Paraná, a presidente Dilma Rousseff enfatizou que não faltará crédito para a agricultura brasileira neste ano. "Se gastarem o dinheiro, terá mais. O que gastarem, nós cobrimos. Estamos oferecendo 115 aqui, 18 ali, tudo bilhão ", disse ela, durante o Show Rural, evento promovido pela cooperativa Coopavel.

Ontem, também em entrevista a uma emissora de rádio do Paraná, a presidente disse que o governo está estudando desonerar integralmente a cesta básica dos tributos federais. À tarde, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, declarou que a safra 2012/13 de grãos, até então estimada pela Conab em 180 milhões de toneladas, deve alcançar 185 milhões. Um conjunto de notícias que acalmaria os preços e, portanto, as expectativas de inflação.

A Conab só tem autorização legal para adquirir produtos no mercado quando as cotações estão mais baixas do que as fixadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O Ministério da Agricultura compra os excedentes ou financia a estocagem, sempre que o preço de mercado cai abaixo do mínimo. Para aquisições acima desse valor, é necessária autorização por Medida Provisória (MP).

No mês passado, governo editou a MP 603, que autoriza, em caráter excepcional, neste ano, a aquisição de até 300 mil toneladas de milho em grão, ao preço de mercado, por meio de leilões, para recompor os estoques públicos.

O objetivo dessa MP é o de ofertar milho diretamente para pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos sediados nos municípios da área de atuação da

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por causa da longa estiagem. A ajuda, porém, não deve sair do papel devido à proximidade da colheita de milho.

Com a alta dos preços das principais commodities agrícolas nos últimos anos, os gastos do governo para manter os valores mínimos vêm caindo. Para aquisições por meio da PGPM, o governo chegou a gastar R\$ 3,1 bilhões em 2009. Em 2012, ano de alta nas commodities, a despesa foi bem menor, de R\$ 568 milhões. Em 2013, o ministério estima que um gasto ainda mais modesto, abaixo de R\$ 300 milhões.

A carência de estoques não é culpa apenas dos preços altos. Na avaliação da Presidência da República, o Ministério da Agricultura não agiu no momento adequado nas aquisições. No início de 2012, a Conab recomendou ao ministério a compra de milho para formação de estoque, o que não foi feito. A pasta não considerou que haveria gargalos de abastecimento no ano, devido à safra recorde de milho, que foi de 72,9 milhões de toneladas.

Agora, no curto prazo, não há condições de reforçar os estoques de grãos. Por isso, a Conab decidiu que vai aumentar o preço mínimo do feijão e da farinha de mandioca para incentivar o plantio dessas culturas. O feijão perdeu área no Paraná para a cana-de-açúcar, e a seca no Nordeste está prejudicando a produção tanto do grão quanto da mandioca.

Na reunião da semana passada, a ministra-chefe da Casa Civil perguntou para os representantes do ministério da Agricultura por que a Conab não vendeu arroz em dezembro, quando o preço estava subindo.

A resposta foi que o ministério havia decidido suspender um dos leilões marcados para janeiro, contra a recomendação da Conab, atendendo a um pedido de deputados da bancada ruralista e da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), que temiam uma desvalorização do produto.

Não foi o que aconteceu. A saca de 50 quilos custa atualmente R\$ 50,86 em Mato Grosso, longe do preço mínimo - R\$ 28,23. No Rio Grande do Sul, o valor está em R\$ 33,45, com o preço mínimo a R\$ 25,28. O cereal subiu 36,6% em 2012.

A alta do arroz, porém, não é o problema que mais preocupa o governo. O feijão carioca, variedade mais consumida no país, registrou aumento de 31,53% no ano passado. O feijão preto, segundo mais consumido, subiu 44,20%. Ao contrário do arroz, que deve cair nos próximos meses, o feijão trilha o caminho contrário e, para piorar, os estoques são irrisórios. A Conab não comprou feijão em 2012, pois o produto já estava acima do preço mínimo devido à estiagem que atingiu o Sul e Nordeste do país.

Escândalo arranha reputação de 'barão' da carne na Irlanda. Jamie Smyth | Financial Times – Valor Econômico. 06/02/2013

Burger King, Tesco, Asda e Co-operative abandonaram a subsidiária do Food Group como fornecedora de hambúrgueres

Vinte anos após Larry Goodman ter salvo sua companhia da beira da falência, o barão irlandês do setor de carnes está em dificuldades para conter um escândalo que ameaça a reputação de sua empresa e do setor alimentício irlandês.

Maior exportador de carne bovina da Europa, o Food Group ABP foi engolido pelo "escândalo da carne de cavalo" após a descoberta de que sua subsidiária Silvercrest Foods produziu hambúrgueres contendo 29% de carne de equino. Na semana passada, o Burger King, a Tesco, a Asda e a Co-operative abandonaram, todas, a Silvercrest como fornecedora de hambúrgueres. Os contratos valiam mais de € 50 milhões para a Silvercrest, que opera uma fábrica na Irlanda.

A companhia é agora alvo de ações judiciais de varejistas, que tiveram de retirar dezenas de milhões de hambúrgueres das prateleiras. "Parece ser um caso de quebra de contrato, que é o paraíso para advogados", diz Hilary Ross, especialista em alimentos e sócia na firma de advocacia britânica DWF. "Processos cobrando indenizações são prováveis".

No Reino Unido, em audiência numa comissão parlamentar na semana passada, a Tesco acusou a Silvercrest de uma "grande quebra de confiança" devido à utilização de um produto para recheio de carne de origem polonesa não aprovada. O Burger King diz estar "profundamente preocupado" com a contaminação por carne de cavalo e passou a comprar de fornecedores na Alemanha e na Dinamarca.

"É difícil imaginar como a procesadora da Silvercrest poderá recuperar sua reputação, o que é uma tragédia para os 112 trabalhadores da fábrica", diz Ciara Jackson, analista de alimentos da consultoria Grant Thornton, com sede em Dublin. Ela diz que a Foods ABP conseguiu evitar danos colaterais, mas perguntas inevitavelmente serão feitas sobre se falhas em uma processadora podem ter ocorrido em outras unidades produtoras.

Goodman tem condições de absorver o prejuízo da Silvercrest, que representa 4% da receita de € 2,5 bilhões da ABP Foods. Mas os danos à reputação de seu império como um todo são um problema. Ele é uma figura controvertida na Irlanda, onde envolveu-se em investigação judicial instalada pelo governo e centrada em sonegação fiscal e negligência no setor de carne bovina no início dos anos 1990. "A investigação teve motivação política e concorrencial", disse ele ao "Financial Times" em rara entrevista, no mês passado.

Goodman foi um grande exportador de carne bovina para o Iraque durante o reinado de Saddam Hussein. Sua empresa entrou em colapso em 1990, devido a dívidas relacionadas com seus negócios com carne no Iraque, após a invasão do Kuwait. A partir de então, ele reconstruiu sua empresa.

A ABP Foods pediu desculpas aos seus clientes pela contaminação por carne de cavalo e substituiu a administração responsável pela operação em Silvercrest. Sua fábrica em Monaghan, na Irlanda, foi fechada, e é improvável que seja reaberta. Mas ainda restam dúvidas sobre a origem das falhas de contaminação e de gestão.

As autoridades de segurança alimentar irlandesas, que descobriram a contaminação quando da adoção de um novo teste de DNA, em novembro, informam ter já

identificado a origem em um fornecedor polonês. Mas as autoridades polonesas disseram não ter encontrado nenhuma evidência de contaminação em sua processadoras. "Essas acusações não fundamentadas por qualquer prova substancial são inaceitáveis, independentemente de a quem se refiram", disse Stanislaw Kalemba, ministro da Agricultura da Polônia, ao jornal "The Irish Times".

A incerteza sobre a fonte de contaminação poderá prejudicar as exportações do agronegócio irlandês, que movimenta 9 bilhões de euros. Patrick Wall, professor de saúde pública na University College Dublin, diz que o escândalo é "um espetacular 'gol contra' do setor privado irlandês", bem como da empresa. "Isso mostra que as marcas e a reputação de uma empresa são tão seguros quanto os padrões praticados por seu fornecedor mais fraco", diz ele.

Na Irlanda há mais gado do que gente. Com um rebanho de 6,75 milhões de cabeças, o país é o quarto maior exportador de carne bovina no mundo, com vendas anuais de 1,8 bilhão de euros. O país tem planos para começar a exportar para a China, Japão e EUA quando as cotas de laticínios da UE forem abolidas, em 2015 - uma decisão que facilitará a ampliação do rebanho nacional.

Organizações agrícolas estão defendendo uma regulamentação mais rigorosa sobre as processadoras e maior rastreabilidade de produtos importados. "Persiste uma grande interrogação: por que havia produtos importados nos hambúrgueres, se a Irlanda é um enorme país produtor de carne", diz Henry Burns, um criador irlandês de gado que possui 160 cabeças.

A Bord Bia, agência fiscalizadora irlandesa diz que até agora o dano foi "razoavelmente contido". "A percepção é muito baixa fora do Reino Unido e da Irlanda, e os consumidores associam esse problema apenas a produtos de carne barata", diz Aidan Cotter, executivo da Bord Bia. "Isso não é visto como sendo um problema irlandês". Mas, à medida que a polêmica repercute, Goodman e o setor alimentício irlandês permanecerão em alerta máximo.

Dossiê da Abrasco denuncia a realidade de agricultores afetados por agrotóxicos. *André Antunes - Brasil de Fato | Site do MST. 07/02/2013*

“Trabalhava com flores em Atibaia, São Paulo. Usava muito veneno. Passava muito mal por causa disso. Sentia dor de dente, tremor nos lábios, aceleração no coração, escurecimento de vista, dor de cabeça, e não só eu, mas toda minha família. Todos os meus amigos também passavam mal. Meu amigo Nivaldo está com infecção no fígado por causa dos venenos e foi proibido de trabalhar no meio das flores.

Sem falar nos animais que bebem a água que tem o veneno e morrem. Peixes na represa morrem também. Vendo isso, tomei a decisão de vir embora para o Sul de Minas Gerais. Chegando aqui, comecei a trabalhar com café, mas vi que também usava veneno. Tomei a decisão de trabalhar numa chácara. Porém na chácara também se usam o mata-mato, Roundup, glifosato e Gramossil”.

O depoimento acima foi feito pelo agricultor Domingos Rodrigues da Silva, do Sindicato dos Empregados Rurais de Eloi Mendes, de Minas Gerais, e retrata uma

realidade comum a muitos produtores rurais brasileiros atingidos diretamente pelo uso intensivo de agrotóxicos.

O depoimento de Domingos integra o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) intitulado ‘Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde’, cuja terceira e última parte foi lançada durante o 10º Congresso Nacional da entidade, realizado em Porto Alegre em novembro.

O dossiê começou a ser pensado durante o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, em setembro de 2011, como explica Raquel Rigotto, pesquisadora do núcleo Tramas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

“A Abrasco se organizou para participar do encontro, e construímos uma articulação entre vários grupos de trabalho. Durante o evento tivemos contato com movimentos sociais que trouxeram uma reflexão a cerca das implicações para a saúde dos agrotóxicos e pensamos que a melhor forma de contribuirmos seria elaborando um dossiê”.

Com um total de 469 páginas, o documento fez uma revisão bibliográfica do trabalho de pesquisadores de várias universidades e instituições públicas de pesquisa do país, incluindo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Ele foi lançado em três etapas, cada uma focando aspectos diferentes da temática dos agrotóxicos.

A primeira foi lançada em abril deste ano, durante o World Nutrition, congresso internacional de nutrição no Rio. Por conta disso, focou na questão da segurança alimentar e nutricional. A segunda parte, intitulada ‘Agrotóxicos, saúde, ambiente e sustentabilidade’, procurou dialogar com os debates da Cúpula dos Povos, onde o documento foi lançado.

Intitulada ‘Agrotóxicos, conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes’, a 3ª parte procurou problematizar o modo de fazer ciência hegemônico que, segundo Raquel Rigotto, contribui para a legitimação de um modelo agrícola calcado na intensa utilização dos agrotóxicos, ao mesmo tempo em que escamoteia os agravos à saúde e ao meio ambiente causados por ele.

“Focamos o próprio conhecimento e fizemos isso com uma reflexão sobre o paradigma epistemológico que norteia a ciência moderna, que se por um lado trouxe vários avanços, por outro contribuiu com o processo histórico do capital, com a dominação da natureza, a exploração da força de trabalho”, pontua.

O documento também teve como preocupação central aliar conhecimento científico, saber popular e militância política. Para isso foram convidados a participar da sua elaboração membros da Campanha Permanente contra os agrotóxicos e pela Vida e de entidades de fomento à agricultura agroecológica, como a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA).

Além disso, integram o dossiê 19 depoimentos e relatos escritos por trabalhadores e comunidades que vivem diretamente os efeitos da contaminação por agrotóxicos e as que estão construindo alternativas à agricultura químico-dependente.

O limite da propaganda. Flávia Piovesan – O Globo. 07/02/2012

Na Câmara dos Deputados foi retomada a discussão a respeito do projeto de lei nº 5.921/2001, que proíbe qualquer comunicação mercadológica destinada a crianças. De acordo com o projeto, entende-se por comunicação mercadológica: "toda e qualquer atividade de comunicação comercial para a divulgação de produtos e serviços independentemente do suporte, da mídia ou do meio utilizado", o que abrange "a própria publicidade, anúncios impressos, comerciais televisivos, "spots" de rádio, "banners" e "sites" na internet, embalagens, promoções, "merchandising" e disposição dos produtos nos pontos de vendas".

Há mais de onze anos pendente no Legislativo, o resgate do projeto reacende a polêmica em torno da questão: de um lado, a defesa de um marco legal para a proteção da infância; por outro, o repúdio à intervenção estatal em nome da autorregulamentação do setor da publicidade dirigida ao público infantil. Na falta de legislação específica, a fiscalização da propaganda endereçada às crianças cabe ao Conar (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária).

Qual seria o regime mais adequado à proteção da infância? Seria razoável a imposição de limites à publicidade infantil? Isto significaria uma restrição arbitrária à liberdade de comércio? Como equilibrar os direitos das crianças com a liberdade empresarial?

A comunicação mercadológica dirigida às crianças é aquela que faz uso de cenários fantasiosos, cores, músicas, personagens infantis e crianças modelos protagonizando os filmes publicitários. Pesquisas comprovam o impacto da propaganda endereçada à criança: contribui para a obesidade infantil (e outros distúrbios alimentares e doenças associadas); a erotização precoce; o estresse familiar; e a violência. Dados do Painel de Televisores do Ibope de 2007 revelam que as crianças brasileiras, entre 4 e 11 anos, passam em média 5 horas por dia em frente à TV - mais tempo do que passam na escola (em média 4 horas). O desafio é evitar que a publicidade tenha mais influência no desenvolvimento infantil do que a própria educação.

Em países desenvolvidos com forte tradição democrática - como a Suécia e Alemanha -, a restrição à publicidade que se dirige às crianças não contou com a resistência das empresas, sob a alegação de suposta afronta ao direito à liberdade de expressão do setor econômico. Na Suécia não é permitida a propaganda direcionada ao público infantil. Já na Alemanha os programas infantis não podem ser interrompidos por publicidade.

Não há que se confundir a publicidade e a liberdade de expressão. A liberdade de expressão é direito consagrado no âmbito internacional e interno, enunciado em instrumentos de proteção de direitos humanos, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos. Abrange a livre manifestação do pensamento político, filosófico, religioso ou artístico. O alcance de tal direito não compreende a publicidade - atividade que utiliza meios artísticos visando essencialmente à venda de produtos.

Ao contrário de matérias jornalísticas, veiculadas nos mais diversos meios de comunicação, a publicidade requer necessariamente um espaço na mídia para se alojar. A sua lógica é a mercantil, orientada pela equação de compra e venda de produtos.

Os parâmetros internacionais e constitucionais endossam a absoluta prevalência dos interesses da criança, seu interesse superior e a garantia de sua proteção integral, na qualidade de sujeito de direito em peculiar condição de desenvolvimento. Neste sentido, destacam-se a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (ratificada por 193 Estados), a Constituição Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ademais, organismos internacionais, como a OMS (Organização Mundial de Saúde) e o SCN (Comitê Permanente de Nutrição) reconhecem que a publicidade tem um papel central no desencadeamento de problemas alimentares, como a obesidade infantil. Por estar em processo de desenvolvimento biopsicológico, a criança não tem o discernimento necessário para compreender a mensagem publicitária, o que torna o seu direcionamento às crianças abusivo.

A proteção da criança merece prevalecer em face do ilimitado exercício da atividade comercial envolvendo a propaganda destinada às crianças. Restringir a publicidade endereçada às crianças não é ato de censura e tampouco ofensa à liberdade de expressão. É um imperativo ético em defesa da infância.

A publicidade afasta-se das crianças. Que ótimo. Eugênio Bucci – O Estado de S. Paulo. 07/02/2013

A publicidade brasileira acaba de tomar uma decisão histórica. Ela vai tratar com mais respeito as crianças. Vai ficar mais longe delas. A notícia é muito boa tanto para a própria publicidade, que com isso ganha mais respeitabilidade, como, principalmente, para a infância. Em doses exageradas, inescrupulosas, abusivas, a propaganda faz mal para o público infantil. Deve ser servida com moderação.

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), entidade do próprio mercado publicitário, cujos códigos não têm força de lei, mas são de adesão voluntária e criteriosamente cumpridos, distribuiu agora, no início de fevereiro, uma nota oficial anunciando novas regras - com novas restrições - para os comerciais destinados às crianças. Entre outras novidades, o merchandising não será mais admitido. Não para o público infantil.

Já era tempo. O merchandising é um dos artifícios mais capciosos da indústria da propaganda. Não tem o formato do anúncio tradicional, aquele que é veiculado nos espaços comerciais claramente delimitados, como os intervalos da televisão, por exemplo, e assim, disfarçado de não anúncio, tenta ser mais convincente. O merchandising vai ao ar dentro do programa principal, como se fosse parte da história. É bastante usado nas novelas. O leitor há de lembrar. Sem mais nem menos, sem a menor congruência narrativa, a atriz fala para a outra que vai ao banco "tal" e que o banco "tal" é uma beleza, com um gerente, menina, que é uma simpatia só.

Marcas de esmalte, de xampu, de macarrão, de carro, de celular invadem a trama e lá permanecem, roubando a cena. A peso de ouro, por certo. O merchandising custa caro. É uma operação de mercado com preços tabelados, preços altos, mas seu segredo é se disfarçar, é passar seu apelo de consumo como se não fosse publicidade paga.

Que isso seja empregado para aliciar consumidores adultos desavisados, vá lá, apesar da deselegância constitutiva da coisa toda. Agora, voltar essa máquina contra olhos infantis

chega a ser covardia. A própria nota do Conar reconhece "a necessidade de ampliar-se a proteção a públicos vulneráveis, que podem enfrentar maior dificuldade para identificar manifestações publicitárias em conteúdos editoriais". Atenção: o Conar admite, com todas as letras, que os públicos infantis são "vulneráveis" e precisam de proteção. Que bom que o próprio mercado publicitário - representado pelo Conar - dê mais esse passo. Histórico.

A notícia é boa também por duas outras razões.

A primeira é que os vetos ao merchandising e outras práticas - como o emprego de "crianças e adolescentes como modelos para vocalizar apelo direto, recomendação ou sugestão de uso ou consumo" - não chegam à publicidade brasileira por meio de uma medida autoritária. Ao contrário, as novas normas de proteção da infância brotam do amadurecimento natural da mentalidade dos próprios agentes de mercado. Desde 1978 o Conar vem-se firmando como um dos casos mais bem-sucedidos de autorregulação do mundo. Suas decisões nunca são contestadas. Embora não seja um órgão estatal, tem legitimidade e representatividade para retirar campanhas do ar, como já fez muitas vezes. Não é exagero dizer que o Conar é um fator civilizatório na publicidade brasileira.

A segunda razão para comemorar as novas regras é que elas ajudam a esclarecer que a liberdade de anunciar produtos não é exatamente igual à liberdade de expressão do pensamento. As duas têm status distinto na democracia. A liberdade de manifestação, de externar opiniões, assim como a liberdade de imprensa, compõe um direito fundamental inviolável. Um cidadão tem o direito pleno de, digamos, escrever um artigo em jornal defendendo a legalização da maconha e de sugerir um projeto de lei para legalizá-la. Com a publicidade é diferente. Uma agência de publicidade não tem o direito de fazer uma campanha enaltecendo o consumo da maconha do tipo A ou do tipo B. Não porque os publicitários, que também são cidadãos, não tenham liberdade de se manifestar - isso todos temos. Essa agência não pode fazer anúncio de maconha de nenhum tipo porque a maconha não pode ser legalmente comercializada - e a comunicação publicitária está subordinada às leis que regulam o mercado.

A publicidade comercial é uma extensão do comércio devidamente legal. Assim, só se podem anunciar as mercadorias e os serviços cuja comercialização não conflite com a legislação vigente. Portanto, a liberdade de anunciar não se enquadra no rol das liberdades fundamentais de informar e de ser informado. A publicidade veicula ideias e conceitos, ou algo próximo a isso, mas não realiza o direito de expressão do pensamento. Ela é uma atividade acessória do comércio, subordinando-se, logicamente, às leis do comércio.

Para sorte do País, a postura do Conar nesse episódio não se deixou confundir com o fanatismo dos fundamentalistas, segundo os quais qualquer senão a um comercial de refrigerante traz em si a mesma violência dos atos que censuram a imprensa. Ora, são matérias inteiramente diversas. Uma não tem nada que ver com a outra. O Conar não censura nada nem coisa nenhuma, apenas zela pela credibilidade do seu ramo de atuação. Anunciar quinquilharias para crianças de 5, 6 anos de idade por meio de subterfúgios e técnicas de dissimulação, por favor, isso, sim, pode ser visto como uma violência inominável. Isso, sim, conspira contra a credibilidade do mercado anunciante, em seu conjunto, e corrói a reputação de todo o setor.

Quanto ao mais, o uso de merchandising e de anúncios testemunhais para seduzir o público infantil - que é, sim, vulnerável - já não se admitem em diversas democracias. O Brasil também não precisa mais desse primitivismo. E vamos em frente, porque há mais a fazer.

Eugênio Bucci é jornalista e professor da ECA-USP e da ESPM.

Preço da cesta básica sobe mais de 10% em cidades do Nordeste. Marcia Chiara - O Estado de S.Paulo. 07/02/2013

Arroz, feijão, tomate e farinha de mandioca puxaram alta, pois a produção desses produtos enfrentou problemas de safra

Arroz, feijão e farinha, o prato típico do brasileiro pobre que vive no Nordeste, além do tomate, foram os vilões do custo da cesta básica em janeiro. No mês passado, o preço da cesta básica, que engloba 13 alimentos, subiu em todas as 18 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A cesta é calculada a partir do mesmo grupo de produtos, mas em cada capital é atribuído um peso diferente para cada item, de acordo com o hábito de consumo local. A maior alta foi registrada na cesta básica de Salvador, de 17,85%, seguida por mais duas capitais do Nordeste, Aracaju (13,59%) e Natal (12,48%), além de Brasília (11,30%).

A posição de destaque das capitais nordestinas, com variação mensal na casa de dois dígitos, foi provocada pela alta da farinha de mandioca, alimento básico da região, cuja produção foi afetada pela seca.

O preço da farinha de mandioca subiu 66,67% em Salvador; 36,50%, em Natal e 35,38% em João Pessoa em janeiro. "A seca afetou a produção de mandioca e houve aumento na demanda regional", afirma Fernando Adura Martins, economista do Dieese.

O feijão também foi outro vilão da cesta básica e subiu em 16 das 18 capitais pesquisadas. João Figueiredo Ruas, técnico de Planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), diz que problemas climáticos afetaram a produção da primeira safra. Segundo ele, os estoques do governo são baixíssimos - cerca de 2 mil toneladas - e o abastecimento está "da mão para a boca".

"Normalmente em janeiro os preços do feijão caem por causa da entrada da safra, mas neste ano esse movimento não está ocorrendo porque o produto é escasso", diz Ruas. Segundo ele, os preços do feijão devem continuar pressionados por algum tempo porque muitos produtores substituíram o feijão pelo milho no plantio da safrinha em janeiro. No caso do arroz, o preço subiu em 12 de 18 capitais pesquisadas. A maior alta foi em Aracaju (14,17%), seguida por Florianópolis (13,68%).

Elcio Bento, analista sênior da consultoria Safras & Mercado, explica que essa pressão de preços ainda reflete a alta da cotação dos grãos do mercado internacional no segundo semestre de 2012. No rastro da soja e do milho, o preço do arroz, que também é cotado na Bolsa de Chicago, acompanhou a alta das duas outras commodities e foi influenciado

pela queda de produção nos países do Mercosul e pela alta do câmbio, já que parte do grão vem de países vizinhos.

Além disso, como hoje a colheita de arroz está no início e os estoques de passagem no País estão muito baixos e somam 1,6 milhão de toneladas, a tendência é de que os preços se mantenham num patamar alto, mesmo com a entrada da safra, prevê Bento.

Tomate. Já o caso do tomate é diferente. O preço subiu em todas as capitais pesquisadas, com altas foram expressivas. Em Aracaju, mais que dobrou (104%). Martins, do Dieese, destaca que o produto foi afetado pelo excesso de chuvas que normalmente afeta a colheita de itens in natura em janeiro. Mas, ao contrário do arroz, do feijão e da mandioca, como o tomate tem um ciclo menor de produção, a oferta deve se regularizar em breve.

Fábio Romão, economista da LCA Consultores, acredita que o pico de preços dos alimentos in natura foi em janeiro. Para o arroz e o feijão, cujos preços ainda estão sendo afetados pela quebra da última safra, ele prevê um cenário de cotações pressionadas até o fim de março, quando maior volume de produto entra no mercado e o preço cai.

Déficit de estocagem se agrava com safra cheia. Carine Ferreira, Fernanda Pressinott, Gerson Freitas Jr., Tarso Veloso e Mariana Caetano – Valor Econômico. 07/02/2013

Com o aumento da produção de grãos esperado para 2013, o Brasil deverá registrar um rombo de cerca de 40 milhões de toneladas em sua capacidade de armazenagem neste ano, aumentando a pressão sobre a infraestrutura de transporte e portuária e os custos da produção.

Segundo analistas e representantes do setor, indústrias, agricultores e governo precisariam investir até R\$ 10 bilhões apenas para zerar o déficit atual e até R\$ 28 bilhões para acompanhar o crescimento da produção ao longo da próxima década.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), os 176 armazéns públicos e privados do país podem estocar até 145 milhões de toneladas de grãos. Neste ano, porém, o Brasil deve colher 180 milhões, 14 milhões a mais que na safra anterior - anteontem, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, projetou 185 milhões de toneladas.

A Organização da ONU para Agricultura e Alimentação (FAO) considera ideal que os países sejam capazes de armazenar 120% de sua produção agrícola - no caso brasileiro, isso significaria uma capacidade de 216 milhões de toneladas. Mas, se as previsões se confirmarem, a correlação deverá ficar abaixo de 80%.

Representantes do setor afirmam que o déficit, na prática, é maior, porque muitos dos armazéns construídos nas últimas décadas não são adequados para operar com soja e milho, as culturas cuja produção mais cresceu nos últimos anos.

André Debastiani, sócio da Agroconsult, calcula que os armazéns de grãos são capazes de estocar até 120 milhões de toneladas, ou 77% da produção estimada de soja e milho. Trata-se da menor correlação desde 2003. "Nos últimos anos, esse número sempre oscilou perto de 85%."

Só em Mato Grosso, maior produtor nacional de grãos, o déficit para este ano é estimado em quase 10 milhões de toneladas. Segundo relatório do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), 45 municípios do Estado possuem produção superior ao potencial de armazenagem estática, "o que pode trazer entraves no trajeto entre a lavoura e o armazém e do armazém para o porto". Em meio à escassez de armazéns, parte da produção não escoada imediatamente é armazenada em silos-bolsa ou em estruturas precárias e mesmo ao ar livre.



A situação no Estado agravou-se nos últimos dois anos, quando a produção de soja e milho cresceu mais de 9 milhões de toneladas. Até então, havia um equilíbrio entre a produção e a capacidade estática dos armazéns.

Como resultado, o custo médio de armazenar soja por um mês quase dobrou entre 2010 e 2012 - de R\$ 12,79 para R\$ 25,15 a tonelada, segundo levantamento do grupo de pesquisa e extensão em logística da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz" (Esalq/Log). Conforme o mesmo levantamento, no período o custo de estocagem da soja subiu, ainda, 27,22% em Goiás, 46,5% no Paraná e 53,9% em São Paulo.

Apesar do forte aumento, o custo com a armazenagem ainda é relativamente baixo no Brasil - um dos fatores que, segundo especialistas, inibem o investimento privado. Em Mato Grosso, corresponde a menos de 3% do valor que o produtor recebe por uma tonelada de soja (cerca de R\$ 830). Seu impacto se faz sentir ao longo da cadeia logística. Segundo o presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil, Glauber Silveira, produtores de soja situados em municípios no leste de Mato Grosso chegam a desembolsar até R\$ 80 por tonelada para levar a soja até o armazém mais próximo. "Existem produtores que transportam o grão por 300 quilômetros para conseguir estocar", afirma.

Além disso, a necessidade de escoar um grande volume em um curto espaço de tempo sobrecarrega todo o sistema viário e a operação dos portos, o que impulsiona os custos em toda a cadeia logística. "A transportadora, o operador portuário, todos precisam rentabilizar em seis meses os custos de um ano inteiro", afirma um empresário do setor.

Para Debastiani, o maior prejuízo ocasionado pela falta de armazéns não está na inflação dos custos. "O problema é a oportunidade. Se o produtor não possui armazenagem, sua estratégia de comercialização fica comprometida. Ele tem de vender para a trading ou a cerealista em um momento que pode não ser o melhor". Ele observa que apenas 14% dos armazéns no Brasil estão localizados dentro das fazendas e o restante em áreas urbanas e portuárias. "Nos Estados Unidos, 42% da capacidade estática está na fazenda".

Segundo Tadeu Vino, coordenador do grupo de armazenagem da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o Brasil precisa investir R\$ 10 bilhões para zerar seu atual déficit de armazenagem - o cálculo é feito com base em um preço médio de R\$ 250 por tonelada. Vino afirma que o problema não tem prazo para ser resolvido, mas vê um aumento dos aportes. Nos últimos cinco anos, diz, os investimentos em estruturas de armazenagem e equipamentos totalizaram de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões, mas foram insuficientes para fazer frente à alta da demanda.

Segundo a Agroconsult, os investimentos necessários apenas para zerar o atual déficit de armazenagem em soja e milho chegam a R\$ 9 bilhões. Contudo, pondera Debastiani, seriam necessários R\$ 28,7 bilhões para que o Brasil chegasse a 2023 - com uma produção projetada em 236 milhões de toneladas - com armazéns suficientes para estocar toda a safra de soja e milho.

Segundo ele, há um ambiente favorável para o aumento dos investimentos no setor, mas o cenário ainda é cercado por incertezas. "Há uma interesse crescente por parte dos produtores, que estão muito capitalizados, mas tudo vai depender de como vão se comportar os preços nas próximas safras. Esse é um setor muito volátil e uma crise pode fazer os investimentos secarem", afirma.

Conab integra Grupo de Trabalho para propor sugestões ao Plano Nacional de Abastecimento – Site da CONAB. 08/02/2013

Foi realizada nesta quarta-feira (4), em Brasília, reunião do Grupo de Trabalho (GT) que visa propor sugestões ao Plano Nacional de Abastecimento (PNA). A Conab integra esse GT por meio da Superintendência de Abastecimento Social/ Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Gehor) e da Superintendência de Suporte à Agricultura familiar/ Gerência de Programação Operacional da Agricultura Familiar (Gepaf).

Em 2012, as centrais de abastecimento do Brasil, por solicitação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), apresentaram propostas do segmento para o PNA. Diante da relevância dos temas propostos, o Mapa editou a Portaria nº 1037/2012, que compõe esse GT para construir um texto de consenso sobre os entrepostos com o Mapa, Conab/Prohort, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen). Os trabalhos do grupo estão em andamento e utilizando uma metodologia padrão.

Entre os objetivos do PNA constam a promoção da organização entre as cadeias produtivas de distribuição dos excedentes agrícolas, o incentivo ao uso e ao acesso de embalagens devidamente adequadas à legislação, aperfeiçoamento do controle de qualidade e diminuição das perdas de excedentes. Também se destacam o subsídio ao conhecimento para a educação nutricional e a recuperação das estruturas físicas de centrais de abastecimento.

**Acordo para reduzir sódio em alimentos terá baixo impacto. Johanna Nublat –
Folha de São Paulo. 08/02/2013**

Pesquisa do Idec mostra que boa parte dos produtos já cumpria, em 2012, as metas a serem cobradas até 2015. Para indústria, reduções maiores no sódio dependem da tecnologia e do hábito do consumidor.

Os acordos firmados entre governo e indústria para reduzir o sódio em alimentos prontos terão pouca eficácia, pois boa parte do mercado já cumpre, de partida, as metas propostas, afirma o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Dos 27 salgadinhos de milho analisados em janeiro de 2012, 72,7% estavam dentro da meta prevista para 2014 e firmada no fim de 2011, indica o levantamento do Idec.

Também já estavam enquadrados 59% das 40 batatas fritas analisadas e 68% de 156 bolos e rocamboles.

O instituto analisou, em janeiro e setembro de 2012, 530 produtos das principais marcas do mercado que integram as últimas fases de acordo.

Desde abril de 2011, o Ministério da Saúde tem anunciado parcerias voluntárias com a indústria de alimentos para reduzir o sódio da dieta do brasileiro e, assim, o impacto de doenças como infarto e hipertensão.

Estima-se que, no Brasil, o consumo médio de sal seja de 12 g diárias. O recomendado pela Organização Mundial da Saúde é abaixo de 5 g.

"As metas são tímidas. Algumas metas para 2015 já estão sendo cumpridas porque a indústria já estava lidando com esse patamar. Se você quer ter uma política consistente, precisa trabalhar com níveis maiores de rigidez", afirma Silvia Vignola, consultora técnica do instituto.

Este último levantamento, obtido pela Folha, reforça a avaliação já feita pelo Idec, no início dos acordos, de que as metas eram pouco ambiciosas. E conta com o respaldo de médicos.

"É melhor do que não ter nada, mas há condições de avançarmos mais rapidamente. Se o governo dá remédio para tratar hipertensão, é incoerente não ter uma política mais agressiva de redução do sal", afirma Carlos Alberto Machado, da Sociedade Brasileira de Cardiologia.

Mesmo alcançadas as metas, a quantidade de sódio usada para salgar e conservar alimentos ainda é alta, dizem Vignola e Machado.

Eles defendem um sistema de alerta nas embalagens, talvez por cores, para informar o consumidor.

OUTRO LADO

O Ministério da Saúde diz que, no primeiro momento, o que se busca é conseguir a adequação de 50% das marcas à meta, já que há muita disparidade no uso do sódio. A pasta lembra que, antes dos acordos, parte da indústria já vinha reduzindo o sal.

"As metas são factíveis, importantes para mudar o cenário a curto prazo", afirma Patrícia Jaime, coordenadora-geral de alimentos e nutrição do ministério.

Ela lembra que novas metas serão criadas, e que o processo vai se estender até 2020, quando todo o mercado deverá praticar os menores índices praticados hoje.

A Abia (Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação) diz que a redução é calculada com base no maior valor praticado para trazer todos os fabricantes a um padrão mínimo, que pode ser revisto no futuro.

Há limitações para reduções maiores, afirma Paulo Nicoletis, da Abia. "A primeira chama-se tecnologia ou investimento. A segunda é o hábito do consumidor. Chegamos onde os médicos gostariam? Acho que não, mas a ideia é chegar."

McDonald's mostra a origem dos ingredientes de lanches da rede. Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 10/02/2013

Empresa lança na Austrália aplicativo que indica quem forneceu a comida que está à mesa. No Brasil, campanha 'comida de verdade' será lançada na TV e na web nesta semana, com fala de fornecedores.

Fotografar o seu sanduíche e saber de onde vieram os ingredientes. Ou conhecer, pela internet, a fazenda que deu origem à carne que você acabou de comprar.

O McDonald's lançou, na Austrália, um aplicativo gratuito para iPhone que permite rastrear a origem dos ingredientes de lanches clássicos da rede, como o Big Mac.

O GPS do telefone identifica em que loja da rede o cliente está e, por meio da foto, o app identifica o que o cliente está comendo, data e hora.

As informações são cruzadas com os dados da cadeia de fornecedores da rede e, segundos depois, uma animação mostra quem plantou a alface ou forneceu a carne que está em frente ao cliente.

Na próxima quinta-feira, o McDonald's lança campanha semelhante na América Latina. Mas, em vez de fotografar o sanduíche, o consumidor será convidado, por meio de filmes na TV e redes sociais, a visitar um site para conhecer a origem dos produtos.

Nesse site, três filmes mostrarão de onde vêm a alface, a carne bovina e as batatas, com depoimentos de fornecedores da rede de fast-food.

"Queremos desmitificar a ideia de que ser restaurante de comida rápida implica em má qualidade da matéria-prima", diz Roberto Gnypek, diretor de marketing da Arcos Dourados, que opera a marca McDonald's no Brasil.

O tema "real food" (ou "comida de verdade"), que também motivou a ação na Austrália, é trabalhado pela marca globalmente, diz ele.

Gnypek diz que cresce a preocupação entre clientes sobre a origem dos alimentos e seus impactos no ambiente, embora ele reconheça que isso ainda não é prioridade para a maioria. O objetivo da campanha é aproximar o cliente do campo.

Nesse sentido, a ação se alinha ao movimento reforçado pela rede americana na última década, de se mostrar comprometida com uma alimentação balanceada e um estilo de vida saudável.

Na década passada, quando o McDonald's passou a diversificar o cardápio -vendendo maçã e água de coco, por exemplo- e informar nas embalagens os valores nutricionais dos produtos, foi mote do documentário "Super Size Me" (2004), de Morgan Spurlock, em que ele passou 30 dias comendo apenas nas lojas da rede.

De grande repercussão, o filme criticou a rede e questionou a qualidade de lanches.

A tentativa de aproximar o cliente do campo, o tema da campanha do McDonald's, não é novidade no Brasil.

As redes de varejo Pão de Açúcar e Carrefour oferecem programas que permitem a rastreabilidade de alimentos vendidos, como a carne bovina, por meio de aplicativos no celular ou pela web -basta ter o código do produto.

Disputa sobre royalties atinge nova tecnologia lançada pela Monsanto. Tarso Veloso – Valor Econômico. 13/02/2013

Para Glauber Silveira, da Aprosoja, a Monsanto perdeu a disputa dos royalties, mas não admite: "Estou indignado"

Se quiser utilizar sementes transgênicas de soja com a tecnologia Intacta RR2, que deverá começar a ser vendida pela americana Monsanto no Brasil na próxima safra (2013/14), o produtor terá de desistir de questionar na Justiça a cobrança de royalties sobre a soja RR, também desenvolvida pela multinacional. Exigência da empresa, a medida não foi bem recebida pelos sojicultores e poderá se tornar um novo foco de disputas.

No imbróglio já em curso, a Monsanto alega que a patente da tecnologia RR vence em 2014 e defende a cobrança de royalties sobre ela até lá, enquanto produtores argumentam que esse direito expirou em 2010. Agricultores afirmam, em ações

individuais e coletivas, que cobranças indevidas de royalties por parte da empresa somam quase R\$ 1,7 bilhão. Em 2011, a Monsanto faturou R\$ 2,8 bilhões no Brasil.

Procurada pelo **Valor**, a companhia informou que o licenciado não é obrigado a utilizar sua nova tecnologia, mas que, se optar por usá-la, terá de assinar um armistício "no primeiro momento em que adquirir ou obtiver sementes de soja Intacta". Em resposta, os produtores devem se unir para tentar derrubar a exigência, que consideram "abusiva". Uma ação coletiva nesse sentido está em estudo.

Conforme entidades que representam produtores, a companhia já começou a avisar que a venda da nova tecnologia está condicionada à assinatura de um acordo que prevê a suspensão do pagamento dos royalties da RR até 2014 desde que o agricultor concorde em não cobrar nos tribunais os valores pagos desde 2010 caso a Justiça confirme que a patente da RR expirou em agosto daquele ano.

Se o agricultor recusar o acordo, terá que pagar as taxas sobre a RR até 2014 e tentar reaver os valores pagos nos últimos dois anos na Justiça. Nos atuais termos da Monsanto, se o produtor decidir utilizar a nova tecnologia a partir da safra que vem terá, obrigatoriamente, que assinar o acordo.

O acordo está sendo muito criticado pela Aprosoja, entidade que representa produtores e está envolvida nessa disputa desde o início. O presidente da associação, Glauber Silveira, diz que a companhia "perdeu", mas não admite. "Estou indignado com a atitude da Monsanto", afirma. "A empresa está coagindo o produtor a assinar o documento. De boa-fé, o produtor está abrindo mão do direito que tem de receber o valor pago indevidamente em dobro", diz ele.

Outra reclamação da entidade envolve o valor dos royalties. Segundo o vice-presidente da Aprosoja-MT, Ricardo Tomczyk, o acordo não define os valores que serão cobrados pelos royalties da Intacta RR2. Para a tecnologia RR, são cobrados R\$ 22 por hectare. A empresa já sinalizou que pretende cobrar algo em torno de R\$ 115 por hectare na Intacta, devido "aos ganhos combinados das tecnologias de resistência à lagartas, ao glifosato e ao ganho de produtividade".

Um parecer encomendado pela Aprosoja e pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato) ao doutor em direito pela Universidade de Strasbourg, José Roberto D'affonseca Gusmão, sustenta que a patente está vencida desde 2010 e que a Monsanto pleiteia junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a prorrogação do mesmo até 2014, data que a empresa defende como correta.

De acordo com o parecer, a empresa já perdeu na 1ª instância (Justiça Federal do Rio de Janeiro) e na 2ª instância (Tribunal Regional Federal da 2ª região).

A companhia insiste que a validade da patente no Brasil deve ser a mesma estabelecida nos Estados Unidos. A alegação é que as patentes que protegem a tecnologia RR foram registradas ao longo de vários anos. Nos EUA, o prazo de vigência dos direitos sobre a tecnologia começa a contar após o último registro.

Ex-funcionários da Basf protestam contra intoxicação por agrotóxicos – Site do MST. 14/02/2013

Ex-funcionários das multinacionais Shell e Basf iniciaram, na manhã desta quinta-feira (14), um protesto em frente ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Eles fincaram 60 cruces no gramado em homenagem a colegas que morreram vítimas de intoxicação em decorrência das atividades das empresas em uma fábrica de pesticida na região de Paulínia, no interior de São Paulo. Shell e Basf já foram condenadas na Justiça por terem exposto, ao longo de 30 anos, os funcionários a substâncias tóxicas.

Pelos danos causados aos trabalhadores e familiares, a Justiça determinou que as multinacionais paguem R\$ 1 bilhão em indenizações. Nesta quinta haverá uma audiência conciliatória no TST para tratar do tema.

De acordo com o Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas, 800 trabalhadores sofreram danos de saúde por conta da contaminação. Foram constatadas doenças como câncer, leucopenia, pancreatite aguda entre outras. O sindicato calcula que 60 trabalhadores perderam a vida

Vão participar da audiência de conciliação representantes do Sindicato dos Químicos Unificados de Campinas, a Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas, e o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) João Oreste Delazen.

O diretor do sindicato, Valdir de Souza, acredita que a categoria conseguirá, na audiência, benefícios com relação ao tratamento de saúde dos ex-trabalhadores e seus familiares. "O tratamento de saúde é o que nos interessa, se houver a indenização, que bom, mas o tratamento é o principal", afirmou.

O caso

O problema começou há dez anos na empresa que era mantida em Paulínia. Na época, foi descoberto que o solo da fábrica de pesticidas e o lençol de água que abastece as chácaras do bairro estavam com produtos tóxicos. A indústria ficava no bairro Recanto dos Pássaros.

Em 2002, a Justiça determinou e a Shell começou a comprar os imóveis da área para que os moradores deixassem o local. De acordo com a associação do bairro, mais de 150 pessoas querem indenizações por supostos danos à saúde. Em março de 2005, um relatório do Ministério da Saúde concluiu que as duas empresas cometeram irregularidades na desativação da fábrica. Desde então, é realizado um trabalho de recuperação ambiental na área.

O que dizem as empresas

A Shell Brasil, atualmente denominada Raizen Combustíveis, informou por meio de nota que apresentará uma proposta em conjunto com a Basf na tentativa de “solução para o caso”. Na nota, a empresa afirma ainda que considera “importante o retorno de todas as partes envolvidas à mesa de negociação” e irá apresentar “uma proposta

consistente, que garante a parcela mais relevante da decisão judicial, ou seja, a assistência à saúde dos habilitados”.

A Shell encerra afirmando que “continuará a cumprir com as determinações da Justiça, mantendo o atendimento à saúde das pessoas devidamente habilitadas no processo”. A Basf repetiu o teor da nota da Shell e reforçou que “as empresas apresentarão uma proposta concreta de acordo para solução do caso” e que seguirá cumprindo as determinações da Justiça.

Shell e Basf tentam acordo no TST para encerrar caso de R\$ 1 bilhão. Juliano Basile – Valor Econômico. 14/02/2013

A Shell e a Basf vão apresentar, hoje, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, uma proposta de acordo para os ex-funcionários de uma fábrica de pesticidas, em Paulínia, no interior de São Paulo, com o objetivo de encerrar uma ação em que centenas de pessoas pedem indenização às empresas, alegando que foram contaminadas por substâncias cancerígenas.

Estimativas feitas pelo Ministério Público do Trabalho indicam que o processo é um dos maiores da Justiça Trabalhista e que a indenização pode ultrapassar R\$ 1 bilhão.

A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público do Trabalho, em 2007, após a descoberta de que, entre 1974 a 2002, o terreno da fábrica que foi, inicialmente, da Shell e, depois, foi adquirido pela Basf estava contaminado por substâncias tóxicas.

"São 1,1 mil pessoas atingidas, entre trabalhadores e pessoas da comunidade, das quais 62 já morreram", afirmou o advogado Mauro Menezes do escritório Alino & Roberto, que atua para a Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq). "É um caso de catástrofe ambiental", definiu.

Segundo o advogado, houve casos de pessoas que fizeram mais de uma cirurgia, pois tiveram mais de um tumor. Para ele, "é preciso uma reparação que atenda às vítimas e que também represente um desestímulo para as empresas não cometerem práticas semelhantes no futuro".

A Shell e a Basf evitaram antecipar qual o valor da proposta conjunta que vão apresentar, mas ambas disseram que é importante chegar a uma solução para o caso.

"A Shell considera ser importante o retorno de todas as partes envolvidas à mesa de negociação, e irá apresentar uma proposta consistente, que garante a parcela mais relevante da decisão judicial, ou seja, a assistência à saúde dos habilitados", disse a empresa em nota. A Shell do Brasil informou que "apresentará proposta de acordo na tentativa de alcançar uma solução para o caso".

A Basf também comunicou que pretende apresentar uma "proposta concreta de acordo para solução do caso". "A Basf segue cumprindo com as determinações da Justiça e continua confiante no Poder Judiciário, reforçando mais uma vez seu compromisso em posicionar-se com transparência e integridade em todos os aspectos relacionados a este

assunto", completou a companhia, acrescentando que foi proprietária da fábrica por apenas dois anos.

As empresas foram condenadas na 2ª Vara do Trabalho de Paulínia e, depois, pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas. Em ambas as decisões, as empresas foram obrigadas a pagar o custo do tratamento de saúde dos ex-funcionários.

Há um pedido de dano moral coletivo, que ultrapassa R\$ 761 milhões, e outro de requisições individuais de reparações. Essas requisições de reparações estão calculadas em R\$ 64,5 mil por pessoa, além de mais R\$ 20 mil por ano trabalhado na fábrica. No caso do dano moral coletivo, o valor deve ser revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A expectativa do Ministério Público do Trabalho é a de que 50 trabalhadores acompanhem a audiência no TST em que os valores serão discutidos.

Hambúrguer de cavalo pode conter droga vetada – Folha de São Paulo. 15/02/2013

Reino Unido diz que carnes com substância foram enviadas à França. Polícia britânica detém 3 supostamente ligados a escândalo; UE aprova hoje procedimentos para detectar fraudes.

O escândalo sobre a presença de carne de cavalo em hambúrgueres, lasanhas e outros produtos vendidos como carne bovina na Europa pode se transformar em algo mais grave que um caso de "etiquetagem errônea" e fraude contra consumidores de Reino Unido, França e Alemanha, entre outros.

A agência britânica de segurança alimentar (FSA) anunciou ontem ter encontrado rastros do anti-inflamatório fenilbutazona em três carcaças de cavalo que foram enviadas à França e que podem ter entrado na cadeia alimentícia francesa.

Comer carne de cavalo não faz mal. No entanto, a fenilbutazona pode ter efeitos adversos para a saúde humana.

As autoridades britânicas dizem que mesmo nos casos em que a quantidade da substância era a mais elevada, o risco para consumo humano era "muito pequeno".

Mas, de todo modo, segundo a BBC, há casos raros em que a droga provoca anemia aplásica, uma severa forma de anemia que pode levar à falência da medula óssea.

Por causa do efeito, carnes de animais tratados com o anti-inflamatório não têm autorização para serem utilizadas como alimento.

PRISÃO NO REINO UNIDO

Ontem, a polícia britânica deteve três homens supostamente envolvidos no escândalo, com idades entre 42 e 63 anos. Eles aguardam para ser interrogados.

As prisões ocorreram em fábricas em Aberystwth, no País de Gales, e Todmoreden, no norte da Inglaterra.

Hoje a União Europeia deve aprovar procedimentos para checar se produtos estão contaminados com carne de cavalo, um dia após o problema ter sido detectado pela primeira vez m lasanhas da marca TIP na Alemanha.

A rede de supermercados Edeka, o maior distribuidor alemão de produtos alimentícios, também solicitou análises para seus produtos, assim como a empresa de venda de produtos congelados Eismann e a rede Kaiser's-Tengelmann.

Lanche engorda adolescente – Folha de São Paulo. 16/02/2013

Temos no Brasil pouco mais de 34 milhões de adolescentes, segundo o IBGE. No mesmo levantamento, realizado em 2010, 20,5% apresentavam excesso de peso e 4,9% eram obesos.

Uma das possíveis causas do excesso de peso desses jovens está um estudo de Amanda Solimani Teixeira e colaboradores da Faculdade de Saúde Pública da USP, publicado na "Revista Paulista de Pediatria".

Ao analisar os hábitos alimentares dos adolescentes, os autores viram que eles costumam substituir o almoço e o jantar por lanches.

Encontraram nos adolescentes obesos os que mais substituíam as refeições tradicionais por pizza, hambúrguer ou cachorro-quente.

Apesar de práticos e rápidos, os lanches são altamente calóricos, ricos em gordura e de pouco valor nutritivo.

Além de só engordar, essa alimentação inadequada, quando frequente, promove a redução na ingestão de alimentos saudáveis, como o arroz, o feijão, as frutas e as verduras com suas fibras, vitaminas e sais minerais.

Os autores sugerem a implantação, nas escolas, de um programa multidisciplinar com a participação de nutricionistas. Seriam orientados alunos e seus pais e responsáveis, visando à mudança de comportamento do adolescente frente à alimentação.

Essa medida de educação em saúde poderá evitar, nos futuros adultos obesos, o surgimento de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares.

Metade da área cultivada no Brasil será de transgênicos em 2013. Daniele Silveira - Radioagência NP | Site do MST. 18/02/2013

Os cultivos geneticamente modificados devem, pela primeira vez, ocupar mais da metade da área plantada no Brasil em 2013. De acordo com a consultoria Céleres, a área plantada com transgênicos deve atingir 37,1 milhões de hectares neste ano, o que representa um aumento de 14% em relação à safra anterior.

A estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta para uma área recorde voltada a agricultura no país neste ano. Uma área de quase 70 milhões de hectares será destinada para esse fim. A estimativa é que os transgênicos representarão 54,8% de toda a área cultivada no Brasil em 2013.

O avanço do cultivo de organismos geneticamente modificados é criticado continuamente pelos movimentos do campo que defendem uma produção ecologicamente responsável. Diversos estudos já apontaram a relação entre o consumo desses alimentos e o aumento nos casos de câncer e problemas reprodutivos.

A safra total de milho com utilização de biotecnologia deve totalizar 12,2 milhões de hectares. Há cinco anos, a adoção total de milho transgênico cobria apenas 1,2 milhão de hectares.

Planalto lidera mudanças em estratégias de abastecimento Mauro Zanatta – Valor Econômico. 19/02/2013

Com um orçamento de R\$ 5,5 bilhões disponível para 2013, o governo decidiu ampliar o combate à tendência de elevação da inflação dos alimentos via formação de estoques, aquisições de produtos e garantia e sustentação de preços.

O primeiro capítulo da nova estratégia, conduzida diretamente pelo Palácio do Planalto, foi a criação, ontem, do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP). A nova estrutura, que fará o "cálculo do preço de liberação dos estoques", será responsável por um amplo leque de atribuições, desde o monitoramento dos volumes até a deliberação sobre quantidades, condições para aquisições e liberação de estoques públicos de alimentos.

Era, até aqui, uma atribuição da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Mas as autoridades do Planalto concluíram que, sem intervenção direta, as ações propostas esbarrariam em interesses políticos e partidários na estatal. "Aí, é brabo. Não tomei conhecimento disso ainda. Ninguém me falou nada", reagiu o líder do PTB, Jovair Arantes (GO), padrinho político do atual presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, há um ano no cobiçado posto.

A presidente Dilma Rousseff está incomodada com um aparente paradoxo: o país registra seguidas safras recordes, gasta milhões anuais em subsídios à produção e, ainda assim, é incapaz de garantir preços baixos para alimentos básicos, como arroz, feijão, farinha de trigo, mandioca e carnes. A inflação de alimentos e bebidas, medida pelo IPCA, cravou 49,65% no acumulado dos últimos 60 meses, segundo cálculo do Valor Data. O índice geral subiu 32,3% no período. Em 12 meses encerrados em janeiro, alimentos e bebidas ficaram 11,07% mais caros - o IPCA geral aumentou 6,15%.

Daí a escolha pela intervenção direta do governo por meio de ações semelhantes às adotadas nos anos 1980, quando uma rede de órgãos oficiais dedicava-se a planejar e a controlar com mão de ferro a produção nacional. Era a época da Comissão para a Compra do Trigo Nacional (Cetrin), do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

O efeito colateral de ações agressivas como essas pode ser, alerta um especialista no tema, criar "elemento especulativo" no mercado num momento de estoques mundiais em baixa e demanda em alta, onde se consome mais do que se produz. "Isso bate na formação dos preços", diz.

A criação do conselho foi explicada, oficialmente, pelo secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz, como parte de "ações integradas e matriciais" requeridas pela "importância que o agronegócio tem para o país". Nos bastidores, porém, o novo órgão significaria perda de poder do ministério. "Melhor abrir mão desse poder sem orçamento do que ter poder sem conseguir fazer nada", diz uma fonte do governo.

Sempre vigilante e ciosa de seus espaços, a bancada ruralista não gostou da alteração conduzida pela Casa Civil da Presidência. "Lamento. Se já tinha exigências burocráticas grandes, agora via piorar", afirma o deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), um dos líderes da bancada.

Atual secretário-executivo-adjunto da Casa Civil, Gilson Bittencourt é apontado nos bastidores como formulador da estratégia para combater a inflação dos alimentos e driblar as ingerências políticas no processo, cuja experiência vem desde sua atuação como secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, egresso do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), uma ONG de assessoramento a entidades sindicais da agricultura familiar. Procurado pela reportagem, Bittencourt não retornou ligações.

O presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Alberto Broch, afirma que o conselho permitirá avançar em igualdade de condições políticas com o agronegócio. "Vamos ampliar as compras da agricultura familiar. O país precisa de estoques e tirar do papel a política específica para os familiares, que existe, mas não opera atualmente", diz. Broch afirma que "exigirá uma diferenciação", o que permitirá "ir para cima deles", triplicando recursos para a aquisições de alimentos (PAA). "Vamos definir lá de quem comprar prioritariamente. Não tinha essa decisão política até aqui. É uma decisão histórica", comemora o dirigente.

Mapa analisa políticas diferenciadas para culturas da cesta básica – Site do MAPA. 20/02/2013

Governo também estuda realocar recursos para armazenagem e irrigação

O Governo Federal analisa incluir ações específicas de apoio no Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2013/2014 aos produtores de itens da cesta básica, como arroz e feijão, além de realocar recursos para armazenagem e irrigação. A previsão é que o PAP seja lançado no primeiro semestre deste ano.

Entre as medidas previstas está o fomento à produção de arroz e feijão no Brasil. "A ideia é incentivarmos o aumento produtivo desses alimentos a partir de medidas no PAP, especialmente por meio da Política de Garantia de Preço Mínimo", explicou o secretário de Política Agrícola do Mapa, Neri Geller.

Ainda quanto à produção de feijão, o Mapa pretende fomentar os financiamentos de tecnologias para irrigação da cultura, especialmente na região Centro-Oeste. Outras propostas envolvem a realocação de recursos no PAP para incentivo à irrigação e também armazenagem, por meio do Programa de Sustentação de Investimento (PSI-BK).

Consulta pública sobre educação alimentar recebe 236 contribuições – Site do MDS. 20/02/2013

Material está sendo elaborado para apoiar atendimento às famílias assistidas pelos serviços e equipamentos da assistência social

Brasília, 20 – Encerrou, na última sexta-feira (15), a consulta pública sobre educação alimentar e nutricional na rede de assistência social. Foram recebidas 236 contribuições de aprimoramento dos materiais que vão nortear o atendimento às famílias assistidas pelos serviços e equipamentos socioassistenciais. O objetivo do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome é distribuir os documentos para os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) até o final deste semestre. Eles também estarão disponíveis no site do ministério.

De acordo com a nutricionista Luisete Bandeira, da Coordenação-Geral de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, a educação alimentar na rede socioassistencial é fundamental para promover a formação de hábitos alimentares adequados e saudáveis, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais e fortalecendo os vínculos familiares e sociais. “É muito importante que os gestores dos equipamentos recebam esse tipo de orientação, com foco na contribuição da superação das vulnerabilidades dos usuários.”

As publicações são divididas em dois cadernos: um teórico e um metodológico. No teórico, a proposta é subsidiar a equipe técnica dos serviços de proteção social básica no planejamento e desenvolvimento de atividades. Já no caderno metodológico são apresentadas propostas de atividades de educação alimentar e nutricional que podem ser abordadas nos serviços.

Hospital gaúcho abre chamada para aquisição de alimentos da agricultura familiar – Site do MDA. 20/02/2013

O Grupo Hospitalar Conceição (CHC/RS) abrirá Chamada Pública para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, pela modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Agricultores familiares e cooperativas de todo o Brasil terão a chance de participar dessa primeira Chamada de um hospital gaúcho para vender seus produtos e ampliar o mercado. De 22 ao dia 25 de fevereiro, as propostas poderão ser enviadas ao Grupo.

A abertura das propostas está prevista para o dia 08 de março. O foco do Grupo Hospitalar é a compra de arroz (21 toneladas), de feijão (7,8 toneladas) e de massas

(uma tonelada). De acordo com o coordenador das políticas de comercialização de produtos da agricultura familiar do MDA, Pedro Bavaresco, essa é uma grande oportunidade para os produtores do campo. “É mais um mercado que está se abrindo para a agricultura familiar. É um começo para eles”, disse.

Para participar, os agricultores familiares (pessoas físicas) e as cooperativas (pessoas jurídicas) devem ter, dentre outros itens, a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) e uma declaração que comprove que os alimentos a serem vendidos são de fabricação própria. Para outras informações sobre o edital, o interessado deve acessar a página na internet: <http://www.ghc.com.br>.

Compra institucional

A modalidade Compra Institucional amplia as oportunidades de mercado para a agricultura familiar. Aqui, órgãos da administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios compram, com seus próprios recursos, alimentos para atender as demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, academias de polícia, entre outros. Essa modalidade dispensa licitação, utilizando as regras do PAA.

Agenda do ministro

Na sexta-feira, dia da abertura para envio das propostas para a chamada pública, o ministro Pepe Vargas estará em Porto Alegre (RS), no evento de adesão do GHC ao PAA, às 17h, no Palácio Piratini.

No sábado, ele participará da 5ª Mostra e 2ª Feira de Flores da Cunha (RS), às 15h, no Parque da Vindima Eloy Kunz, no município.

Brasil vendeu 2,4 mil toneladas de carne de cavalo em 2012. Henrique Gomes – O Globo. 20/02/2013

Exportação tem caído desde 2005. Europa e Japão são os destinos

O recente escândalo da carne de cavalo em lugar da bovina em alimentos prontos vendidos na Europa - que respingou no frigorífico brasileiro JBS, fornecedor da Nestlé - jogou luz sobre o mercado de carne equina, no qual o Brasil vem perdendo espaço. Segundo dados do Ministério da Agricultura, as exportações brasileiras passaram de US\$ 34,1 milhões e 19.100 toneladas, em 2005, para US\$ 6,772 milhões e 2.375 mil toneladas em 2012. A carne vai, basicamente, para França, Itália, Bélgica e Japão. O total de frigoríficos autorizados no abate de equídeos - que, além de equinos, inclui mulas e asnos - passou de sete para apenas três: um em Minas Gerais, um no Rio Grande do Sul e outro no Paraná.

- Já chegamos a abater cinco mil equinos por mês há quatro anos, agora só abatemos 800 por mês - diz Gilson dos Santos, diretor financeiro do Frigorífico Mississippi, em Apucarana (PR).

Bife a cavalo era de... cavalo

Segundo Santos, o mercado de carne de equídeos ficou mais escasso devido à falta de rebanho. Como não há criação específica de cavalos para o abate, conta, eles dependem da demanda de descarte, quando animais não são mais aproveitados para outras funções ou quando se desiste de amansar determinados cavalos. Santos diz que toda a produção se destina à exportação. Embora a questão do preço pese - a carne de cavalo sai do frigorífico a US\$ 3 o quilo, contra, no mínimo, US\$ 5 da carne bovina -, há outros fatores.

- A criação do cavalo é mais natural que a de bovinos confinados. E em diversos países, sobretudo na Europa, a carne de cavalo é uma iguaria - diz Santos.

Na segunda-feira, a Nestlé anunciou a retirada, das prateleiras de supermercados de Itália, Espanha e França, de vários pratos prontos nos quais foi encontrada carne de cavalo. No Reino Unido, porém, os exames deram negativo. A JBS Toledo, subsidiária da brasileira, comprava a carne que fornecia à Nestlé da empresa alemã H.J. Schypke. Ontem, a Schypke também se eximiu de culpa, afirmando em nota que sua operação se limita ao processamento de carnes e não ao abate de animais.

No Brasil, não há a cultura de comer carne equina, apesar de o clássico bife a cavalo (filé com ovo estrelado em cima) ser, originalmente, feito com o próprio. O steak tartare era feito com a carne de equídeos, temperinhos e um ovo cru. Tempos depois, ganhou a versão frita. E o ovo foi mantido, só que estrelado. A maioria dos brasileiros resiste ao consumo da carne, mesmo em viagens à Europa ou Ásia, onde é largamente servida. Só que a maioria dos embutidos servidos mundo afora leva cavalo em sua composição, por porque dá um paladar mais ativo e uma coloração mais forte, diz o gaúcho Roger Magalhães, sócio do Esplanada Grill.

- Os brasileiros ainda não estão preparados para provar carne de cavalo. É uma questão cultural. As pessoas viram o olho quando falamos - diz Lilian Seldin, sócia da pousada e restaurante Locanda Della Mimosa, em Petrópolis.

O florentino Marco Tacconi, chef do Fratelli, garante que a carne de cavalo é melhor que a bovina:

- Comia muito na Itália quando era criança. Aliás, existem açougues na Itália que só comercializam carne equina.

O francês Pascal Jolly, do bistrô Chez L'Ami Martin, também elogia a carne:

- Comia muito na França, quando era criança e estava em crescimento. Eu praticava muito esporte, e o médico da família recomendava o consumo da carne de cavalo, dizendo que era fortíssima.

Os cortes comercializados seguem a nomenclatura da carne de vaca: filé, contrafilé, alcatra... E, do abate, quase tudo se aproveita: a crina vira pincéis.

Basf e Shell não aceitam proposta de indenização a contaminados – MPT / Site do MST. 21/02/2013

Terminou sem acordo a reunião entre MPT, Shell-Basf e representantes dos ex-trabalhadores e vítimas da contaminação por pesticidas da unidade de Paulínia (SP), realizada na manhã desta terça-feira (19), na Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília. Os representantes das multinacionais Shell (Raízen) e Basf S/A não apresentaram proposta para o pagamento de indenização por danos morais coletivos, do qual o Ministério Público do Trabalho (MPT) não abre mão. O MPT propôs o pagamento de 90% do valor estipulado na condenação em primeira e segunda instâncias, de aproximados R\$ 1 bilhão (valores atualizados). Os trabalhadores também fizeram contrapropostas sobre outras questões. As empresas disseram que só vão se pronunciar no dia 28, na audiência marcada no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, esse processo é inédito e, por isso, não pode ser feita uma negociação apressada. “Se porventura não se consiga um denominador comum no prazo determinado pelo TST, a postura do MPT é de continuar negociando. É preciso destacar que a sociedade seja reparada no dano que sofreu,” reforçando o entendimento de que um acordo com as empresas terá de passar necessariamente pelo pagamento do dano moral coletivo.

Representantes das vítimas pediram, entre outros pontos, a ampliação no número de beneficiados por tratamento médico custeado pelas empresas e aumento no valor do fundo de custeio. Hoje, 884 pessoas recebem tratamento, mas a estimativa das associações das vítimas e do MPT é de que mais de 1,1 mil precisem do benefício e que para isso é preciso mais tempo para inclusão dessas pessoas. As empresas não querem conceder o prazo de 90 dias solicitado.

Quanto ao fundo para custeio do tratamento oferecido pelas empresas, de R\$ 52 milhões, as associações dos ex-trabalhadores e vítimas afirmam ser insuficiente. O montante seria apenas 20% do valor a que as empresas foram condenadas pela Justiça.

A reunião desta terça ocorreu após apresentação de proposta de conciliação pelas empresas em audiência realizada no dia 14 deste mês no TST, com o objetivo de buscar um acordo e encerrar ação civil pública que tramita no Judiciário desde 2007 pela contaminação de trabalhadores, familiares e comunidade pelos pesticidas produzidos na unidade da Shell-Basf em Paulínia (SP), entre as décadas de 1970 e 1990. Pelo menos 60 pessoas morreram em decorrência da contaminação pelos agentes químicos.

Participantes – Participaram da reunião desta terça-feira pelo MPT o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, e os procuradores regionais Ricardo Britto Pereira e Adriane Reis de Araújo; pelos ex-trabalhadores e vítimas a Associação de Combate aos Poluentes (ACPO), o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias dos Ramos Químicos, Farmacêuticos, Abrasivos, Plásticos e Similares de Campinas e Região e Associação dos Trabalhadores Expostos a Substâncias Químicas (Atesq); além dos advogados das empresas Basf S/A e Raízen Combustíveis (Shell).

Brasil elevou em 21% área com transgênicos. Clive Cookson | Financial Times – Valor Econômico. 21/02/2013

"O Brasil teve um crescimento recorde impressionante de 6,3 milhões de hectares", informa Clive James, do ISAA

Mais da metade da área mundial com culturas geneticamente modificadas esteve em 2012, pela primeira vez, nos países em desenvolvimento e não nos desenvolvidos. A informação é do Serviço Internacional para Aquisição de Aplicações em Agrobiotecnologia (ISAAA, na sigla em inglês).

As culturas transgênicas continuam avançando sobre as terras cultiváveis do mundo, segundo afirma a principal pesquisa anual sobre biotecnologia vegetal. A área plantada com transgênicos cresceu 6% no ano passado, para 170,3 milhões de hectares.

"Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil foi o motor do crescimento mundial, aumentando sua área de culturas biotecnológicas mais do que qualquer outro país - um crescimento recorde impressionante de 6,3 milhões de hectares, 21% a mais que em 2011", disse Clive James, fundador e presidente do conselho de administração do ISAA.

O total de 36,6 milhões de hectares em culturas transgênicas do Brasil - soja, milho e algodão - representa mais da metade da área plantada nos EUA, o país que mais tem culturas biotecnológicas. A Argentina está confortavelmente na terceira posição no ranking global dos transgênicos, com 23,9 milhões de hectares, à frente do Canadá, com 11,6 milhões de hectares plantados.

No outro extremo, Sudão e Cuba plantaram culturas transgênicas pela primeira vez em 2012. Com seu algodão biotecnológico, o Sudão tornou-se o quarto país da África a usar os transgênicos, depois da África do Sul, Burkina Faso e do Egito.

Enquanto isso, na Europa, as culturas transgênicas ainda estão presas no atoleiro político e jurídico. A Espanha é o único país da União Europeia a plantar culturas transgênicas em escala significativa, segundo mostra a pesquisa do ISAA, com 116 mil hectares de milho transgênico cultivados no ano passado.

A maioria das variedades transgênicas é elaborada para tolerar herbicidas, o que permite aos agricultores eliminar ervas daninhas com sprays químicos sem prejudicar as culturas, ou que elas resistam a pestes. Um número crescente possui "características combinadas", que protegem as culturas das duas maneiras ao mesmo tempo.

De acordo com James, a tolerância à seca será a nova característica biotecnológica mais significativa a ser introduzida no futuro próximo, "porque as secas são, de longe, o maior obstáculo individual ao aumento da produtividade pela biotecnologia para culturas do mundo todo". A Monsanto vai lançar o primeiro milho transgênico com tolerância à seca nos EUA este ano.

Monsanto e Basf doaram a mesma tecnologia para parcerias público-privadas que se esforçam para desenvolver milho com tolerância à seca adaptado para as condições africanas, onde a necessidade de resistência à falta de água é maior, diz James. Este pode estar disponível em 2017.

James é um defensor fervoroso da capacidade da biotecnologia de ajudar a melhorar a produtividade agrícola em áreas rurais pobres, sem provocar mais danos ao ambiente. "As culturas biotecnológicas são importantes mas não são uma panaceia e a adesão às boas práticas agrícolas como os rodízios e a gestão de resistência é um imperativo tanto para as culturas transgênicas como para as convencionais", afirma.

Ritmo da expansão global dos transgênicos arrefece. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 21/02/2013

Embora o plantio global de safras transgênicas tenha batido recorde, o ritmo de adoção da tecnologia perdeu fôlego em 2012, em um sinal de consolidação dos mercados tradicionais.

No ano passado, a área ocupada com sementes geneticamente modificadas cresceu 6%, para 170,3 milhões de hectares, segundo o ISAAA, lobby científico financiado pelas multinacionais de biotecnologia agrícola. Trata-se da menor taxa de expansão pelo menos desde 2001 - em 2010 e 2011, o aumento foi de 10,4% e 8,1%, respectivamente.

Nos Estados Unidos, maior mercado agrícola do mundo, o cultivo de transgênicos cresceu menos de 1% no ano passado (para 69,5 milhões de hectares), depois de avançar 3,3% no ano anterior. Mercados relevantes como Argentina (23,9 milhões de hectares), Índia (10,8 milhões) e China (4 milhões) também ficaram perto da estagnação.



A principal exceção à regra foi o Brasil, que respondeu, sozinho, por 60% de todo o aumento na área plantada com transgênicos no mundo. Em 2012, a adoção da tecnologia no país avançou quase 21%, de 30,3 milhões para 36,6 milhões de hectares.

A expansão dos transgênicos no mundo ainda esbarra em resistências por parte de ambientalistas e autoridades de segurança alimentar, sobretudo na União Europeia, onde o uso da tecnologia continua virtualmente vetado. Mesmo na Índia, quarto maior produtor mundial de transgênicos, o uso da tecnologia ainda é restrito ao plantio de algodão.

Quase duas décadas depois que a Monsanto lançou suas primeiras sementes de soja resistentes ao herbicida glifosato, nos Estados Unidos, apenas 28 países plantam transgênicos - em 2011, eram 29 - e apenas 9 cultivam mais de 2 milhões de hectares. Destes, três - Estados Unidos, Brasil e Argentina- respondem por 75% de toda a área "convertida" à transgenia.

Nesses mercados, o nível de adoção da tecnologia já se aproxima de um limite. Nos Estados Unidos, mais de 90% das lavouras de soja e milho já são geneticamente modificadas. No Brasil, estima-se que quase 90% das lavouras de soja e 75% das de milho contenham a tecnologia.

Além disso, ainda não há no mercado variedades geneticamente modificadas para culturas como arroz, trigo e cana-de-açúcar, que ocupam centenas de milhões de hectares em todo o mundo - o ISAAA espera que a primeira variedade transgênica de arroz seja lançada nas Filipinas em 2013/14.

Tudo indica que a próxima fase de crescimento acelerado na adoção de transgênicos dependerá do amadurecimento de tecnologias para a Ásia. Só na China, afirma a ISAAA, a adoção de milho transgênico pode abrir um mercado de 30 milhões de hectares para as multinacionais de sementes.

CNA refuta acordo proposto por Monsanto – Valor Econômico. 21/02/2013

Presidente da CNA, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) passou a exigir a anulação de acordos individuais já assinados

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mudou seu posicionamento e divulgou nota de repúdio ao acordo proposto pela Monsanto para colocar fim ao imbróglis sobre os royalties da soja transgênica.

Há algumas semanas, a CNA apoiou a proposta da Monsanto de suspender a cobrança de royalties sobre o uso da soja Roundup Ready (RR) em 2013 e 2014, em troca de os agricultores desistirem das ações judiciais em que questionam a cobrança da taxa nos últimos dois anos. Para os produtores, a patente da soja RR expirou em 2010. Para a Monsanto, que não se pronunciou sobre a nova posição da CNA, seus direitos sobre o uso da tecnologia valem até 2014.

O motivo do descontentamento da CNA foi a decisão da Monsanto de atrelar ao acordo questões relativas ao uso de sua próxima geração de soja transgênica (batizada de Intacta RR2), que começa a ser negociada em 2013. Em nota, a presidente da entidade, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO), afirma que "a CNA, ao tomar conhecimento de que a Monsanto está incluindo no acordo individual o termo de licenciamento de outras tecnologias, que sequer estão no mercado, manifestou o seu repúdio ao comportamento adotado pela empresa, exigindo a anulação dos acordos individuais firmados fora dos termos pactuados".

Segundo ela, o objetivo da CNA, quando apoiou o acordo proposto pela Monsanto, foi "oferecer oportunidade de escolha para aqueles produtores que não dispõem dos recursos necessários para enfrentar longas batalhas judiciais, de resultados imprevisíveis", mas que os "termos da Declaração de Princípios são claros e tratam exclusivamente dos royalties referentes ao uso da semente de soja RR". A CNA aguarda a confirmação oficial da Monsanto sobre a decisão e espera que a empresa ofereça um documento "claro" e "que respeite o que foi pactuado entre as partes na Declaração de Princípios."

**Pesquisa revela queda de produtividade do milho transgênico nos EUA -
Campanha Brasil Ecológico, Livre de Transgênicos e Agrotóxicos | Site do
MST. 22/02/2013**

Embora as modificações genéticas realizadas nas plantas transgênicas atualmente semeadas em escala comercial (soja, milho, algodão e canola) não tenham sido realizadas para aumentar sua produtividade, mas sim para as tornarem resistentes à aplicação de herbicidas e/ou tóxicas a lagartas, boa parte da propaganda em torno da tecnologia faz referência a supostos ganhos de produtividade.

E na lógica da mentira que ao ser muito repetida se torna uma espécie de “verdade”, aumentos de produtividade são há bastante tempo frequentemente referidos como consequência direta do plantio de sementes transgênicas.

A edição de fevereiro da revista Nature Biotechnology traz um artigo divulgando pesquisa que avaliou a produtividade e o risco de perdas na colheita de diferentes tipos de milho transgênico (tolerantes a herbicida e/ou tóxicos a lagartas - Bt).

Embora o texto deixe perfeitamente evidente a simpatia dos autores pela tecnologia, pontuando a todo momento argumentações favoráveis aos transgênicos, os dados apresentados colocam em xeque a alegação de que as lavouras transgênicas seriam mais produtivas.

O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade de Wisconsin (EUA) e financiada pelo Departamento de Agricultura do governo americano (USDA, na sigla m inglês).

Os pesquisadores analisaram dados de experimentos de campo entre 1990 e 2010 em Wisconsin para testar a hipótese de que o milho que expressa uma ou várias características transgênicas combinadas (os chamados “piramidados”) apresenta maior produtividade e menor risco de produção.

Mas, para a surpresa dos pesquisadores, os resultados mostraram que a produtividade dos milhos transgênicos foi, na média, menor que a dos híbridos convencionais: quando as características transgênicas foram testadas isoladamente (milho Bt tóxico à lagarta do cartucho, Bt tóxico à lagarta diabrotica, tolerante ao herbicida glifosato e tolerante ao herbicida glufosinato de amônio), a produtividade variou de -770 kg/hectare a +409 kg/hectare.

Mas o mais interessante da pesquisa foi a avaliação dos milhos piramidados. As interações entre os genes que acontecem quando as modificações genéticas são “piramidadas” são comprovadas nesta pesquisa. Segundo os autores, “se não houvesse interações entre os genes, o efeito dos genes piramidados seria igual à soma dos efeitos isolados correspondentes”. E, segundo relatado no artigo científico, foram encontradas “fortes evidências de interação genética entre as características transgênicas quando elas são piramidadas.” [efeito que aqui a CTNBio insiste em afirmar que jamais ocorre]

Os números mostram que, enquanto algumas combinações de transgenes não mostram diferenças estatisticamente significativas de produtividade, outras provocam efeitos negativos significativos. Efeitos positivos provocados pela interação genética foram

observados somente em uma combinação, quando foram sobrepostos os transgenes de tolerância à lagarta do cartucho e à diabrotica.

De um modo geral, os resultados levaram os autores a concluir que “a evidência de efeitos negativos decorrentes das interações genéticas entre os transgenes sugere que os híbridos transgênicos podem apresentar desempenho pior do que os híbridos convencionais.”

Passando para a questão do risco de perda de colheita, os pesquisadores verificaram que as lavouras transgênicas tenderam a apresentar menor variação de produtividade de um ano para outro, o que, para eles, representa um menor risco.

No afã de apresentar uma avaliação positiva da tecnologia, em seguida aos resultados negativos relativos à produtividade dos milhos transgênicos os autores do artigo afirmam: “Isso [os resultados negativos de produtividade] mostra que a redução do risco na produção é uma importante fonte de benefícios da tecnologia transgênica, especialmente para as características piramidadas”.

Para finalizar, os autores concluem que “a tecnologia transgênica pode melhorar a habilidade dos agricultores de lidar com um meio ambiente arriscado” e que “a disponibilidade desta tecnologia parece importante dadas as atuais preocupações com relação aos efeitos das mudanças climáticas sobre a incerteza na produção agrícola”.

Uma ginástica e tanto para passar uma imagem positiva dos transgênicos.

Com informações de:

Guanming Shi, Jean-Paul Chavas & Joseph Lauer. Commercialized transgenic traits, maize productivity and yield risk. *Nature Biotechnology* Volume 31 Number 2 February 2013.

Do GMO Crops Really Have Higher Yields? – Mother Jones, 13/02/2013.

Ameaça à produção de comida. Editorial - O Estado de S.Paulo. 22/02/2013

Uma velha praga volta a ameaçar a agricultura brasileira, pondo em risco a eficiência, o poder de competição e a liderança internacional conquistados em décadas de muito investimento e intensa modernização tecnológica. É a praga do intervencionismo primário, demagógico e orientado por objetivos políticos de curto prazo.

Depois de comprometer a saúde financeira da Petrobrás e a produção de etanol com sua intromissão desastrada, o governo agora se prepara para mexer politicamente nos preços dos alimentos e desarranjar o agronegócio. O Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep), recém-criado por decreto presidencial, será o instrumento dessa lambança, a mais nova demonstração de voluntarismo da mal assessorada presidente Dilma Rousseff. O novo conselho usurpará funções até agora atribuídas à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e geralmente exercidas com eficiência quando subordinadas a critérios técnicos. Esses critérios serão obviamente postos em segundo ou terceiro plano, com a previsível politização das decisões.

Só a intenção de politizar a formação e a administração de estoques de alimentos pode explicar a instituição do Ciep. Se a presidente da República estivesse apenas descontente com a ação técnica dos atuais dirigentes da Conab, poderia simplesmente substituí-los. Nem precisaria buscar muito longe pessoal para assumir as funções. Antigos e competentes funcionários da Conab permanecem no governo. Outros foram para a vida acadêmica ou empresarial. Não falta, no mercado, gente capacitada para dirigir empresas públicas desse tipo, conhecidas em vários dos grandes países produtores.

Os preços agrícolas subiram no mercado internacional durante vários anos e essa tendência afetou também o mercado brasileiro. Apesar da elevação de preços, não houve nenhuma crise de suprimento no Brasil.

Crises desse tipo foram muito frequentes quando havia controles de preços, porque a ação oficial dificultava a modernização produtiva. A liberação gradual do mercado, a racionalização da política e o forte investimento em pesquisa permitiram uma ampla mudança do quadro. As crises sumiram e a alimentação passou a pesar menos no custo de vida, liberando recursos para o consumo de outros produtos. Mesmo com a alta de preços dos últimos anos, o custo da comida, no Brasil, continuou sendo um dos mais baixos do mundo.

Em países bem administrados, a variação de alguns custos, como o dos alimentos ou dos combustíveis, apenas altera a relação entre preços, sem pôr em movimento uma espiral inflacionária. No Brasil, a difusão dos aumentos foi favorecida por outros fatores, como a expansão do crédito, o estímulo ao consumo e a elevação dos salários bem acima dos ganhos de produtividade da economia. Mas o governo prefere desconhecer esses fatos evidentes, promover um corte de juros obviamente voluntarista e manter a ganância pública.

Em vez de combater a inflação, o governo tem procurado conter os índices, controlando preços de combustíveis, cortando alguns impostos para baratear produtos selecionados e tentando administrar o câmbio.

A Conab tem promovido frequentes vendas de estoques. Só de feijão, por exemplo, dez leilões foram programados entre 24 de janeiro e 22 de fevereiro. Alguns setores da indústria de alimentos poderão até apoiar maior intervencionismo, se isso resultar em maiores vendas de matérias-primas, como o milho. Mas isso será uma demonstração de visão curta.

Uma boa política de estoques serve para a sustentação de preços, por meio das compras oficiais, e para a moderação das altas, por meio das vendas. Mas é preciso balizar toda intervenção pelo bom senso. Mexer no mercado para derrubar alguns preços selecionados é um jogo perigoso, tentado no Brasil, em outros tempos, com péssimos resultados. Seria insanidade ressuscitar a velha Sunab, a desastrosa Superintendência Nacional do Abastecimento. A presidente Dilma Rousseff deveria se lembrar disso. Não é necessária muita cultura econômica para entender esses fatos.

Governo planeja mudar abastecimento. Mauro Zanatta – Valor Econômico.
22/02/2013

Atrás de recuperar o terreno cedido à renitente inflação de alimentos, cuja variação anual tem superado 10% desde 2008, o governo prepara um pacote de medidas para reestruturar o capítulo de abastecimento da política agrícola brasileira.

O recém-criado Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep) se reúne na terça-feira para avaliar algumas ações emergenciais. Hoje, ocorre a primeira reunião de um grupo temático do conselho para costurar o primeiro esboço das medidas que serão levadas aos ministros da Agricultura, Fazenda, Desenvolvimento Agrário e da Casa Civil da Presidência.

Os especialistas do governo avaliam a retomada do chamado preço de liberação de estoques, mecanismo de venda direta de alimentos acionado em casos de elevação súbita de preços. Um exemplo: quando o arroz ficar acima de um determinado preço, o governo venderá seus estoques para conter elevação adicional das cotações. Esse instrumento, usado desde 1966, funcionou até 1996, quando houve a reestruturação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Agora, deve ser resgatado.

Na pauta, também está a recriação de uma banda de preços para intervenção direta do governo no mercado. Essa faixa variável teria como referência os preços mínimos de garantia fixados pelo governo. Se o preço de um produto passar do teto ou ficar abaixo do piso dessa banda, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) compraria ou venderia automaticamente esses alimentos, sobretudo aqueles componente da cesta básica.

"Essa banda nos daria mais conforto, parâmetros para agir", informa uma fonte do governo.

Hoje, a Conab intervém no mercado, com vários instrumentos, exclusivamente a partir do preço mínimo fixado a cada Plano de Safra. A banda tornaria mais flexível a ação governamental e suas exigências legais.

Na mesa dos técnicos dos ministérios, figura ainda a criação de novos mecanismos de sustentação de preços e de comercialização para balizar a formação de preços futuros. Um exemplo seria um instrumento semelhante aos contratos de opção de compra, mas com preço acima do mínimo. O papel seria lançado assim que detectada eventual alteração nas cotações ou a possibilidade de ocorrência de um evento climático extremo, como secas, chuvas de granizo e temporais, que pudessem quebrar significativamente as safras. Assim, o governo garantiria estímulo ao plantio e teria produto "em caixa" para combater variações bruscas dos preços de alimentos.

"O governo precisa equilibrar as cotações, evitar variações de preços em produtos essenciais, como arroz, feijão e milho", diz outra autoridade da área.

O governo avalia, ainda, uma "relocalização" da deficiente rede de armazéns públicos e dos volumes dos estoques oficiais espalhados por várias regiões do país. Isso garantiria à Conab agilidade para ter o produto na região onde ocorrer desabastecimento, evitando gastos desnecessários com subsídios ao frete.

O primeiro problema a ser superado, no curtíssimo prazo, será aplicar essa nova política de abastecimento para estimular o plantio de trigo, cereal fortemente afetado pelo clima ao redor do mundo e cuja produção tende a ser bem inferior no Brasil nesta safra de inverno. A Conab prevê uma quebra de 25% na safra de trigo - ou 1,5 milhão de toneladas. O fato pressiona as autoridades da área. O país terá o menor estoque final do cereal desde a temporada 2007/2008. As importações devem ascender a 7 milhões de toneladas, um recorde neste período recente. O consumo nacional está estimado em 10,5 milhões de toneladas, mas a produção não deve superar 4,3 milhões de toneladas. Os estoques mundiais estão em baixa e a produção de países importantes, como a Argentina, deve quebrar.

Em visita ao país vizinho, o presidente da Aprosoja, Glauber Silveira, atesta a dificuldade: "A safra começou alagada pelas intensas chuvas de inverno", disse, em nota. "Além disso, ainda veio a seca, em algumas regiões, com mais de 60 dias sem chuva".

Instituições se reúnem para discutir o Tratado sobre Recursos Fitogenéticos – Site do MAPA. 25/02/2013

O Mapa apresentou ao Ministério do Meio Ambiente proposta de alteração da lei de acesso a recursos genéticos

A implementação no Brasil do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), foi discutido entre seus representantes, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), durante reunião na manhã desta segunda-feira, dia 25 de fevereiro, em Brasília. A meta para 2013 é por em prática uma legislação que possibilite o acesso a recursos genéticos, no qual o Mapa propõe toda estrutura e meio de executar o Tratado e, sobretudo, os “direitos de agricultor”. A reunião foi coordenada pelo secretário-executivo do Mapa, José Carlos Vaz.

O Tratado propõe aos países signatários o estabelecimento de um mecanismo facilitado de acesso e intercâmbio dos principais Recursos Fitogenéticos – utilizados na alimentação e na agricultura. Por isso a sua execução no País é de extrema importância, na avaliação do Governo. O Brasil assinou o Tratado e o ratificou em 2006. Desde então, as instituições brasileiras de pesquisa e ensino, públicas e privadas, que possuem bancos genéticos vegetais estão se organizando para atender aos seus requisitos.

Hoje, o Brasil depende de recursos genéticos de outros países para desenvolver variedades de cultivares que são exóticas no País. Isso afeta a produção brasileira e tem reflexos diretos na economia. Diante do cenário, a meta para 2013 é implementar uma nova legislação que possibilite o acesso a recursos genéticos.

No dia 22, o Mapa apresentou ao Ministério do Meio Ambiente proposta de alteração da lei de acesso a esses recursos. A medida vai ao encontro das diretrizes do Governo – que é a de avançar no incentivo à pesquisa nacional e na resolução para resolver o passivo gerado pela atual legislação. Na próxima reunião da FAO, prevista para abril, em Roma, o Brasil defenderá sua proposta.

STJ derrota Monsanto e nega extensão de patente de soja transgênica – Site do MST. 25/02/2013

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), negou nesta quinta-feira (21) recurso especial da Monsanto Technology LLC, que pretendia ampliar a vigência da patente de soja transgênica. Seguindo jurisprudência consolidada pela Segunda Seção, o ministro entendeu que a patente vigorou até 31 de agosto de 2010.

O recurso é contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que reconheceu o vencimento da patente, pois a vigência de 20 anos começou a contar da data do primeiro depósito da patente no exterior, em 31 de agosto de 1990. No outro polo da ação está o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

No recurso, a Monsanto contestou o termo inicial da contagem do prazo de vigência da patente, que foi a data do primeiro depósito no exterior, pois este foi abandonado. Também sustentou que o processo deveria ser suspenso porque tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.234) dos artigos 230 e 231 da Lei 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), que tratam do depósito de patentes.

Inicialmente, o ministro ressaltou que a pendência de julgamento no STF de ação que discute a constitucionalidade de lei não suspende a tramitação de processos no STJ. Há precedentes nesse sentido.

No mérito, Cueva destacou que a Segunda Seção, que reúne as duas Turmas de direito privado, uniformizou o entendimento de que “a proteção oferecida às patentes estrangeiras, as chamadas patentes pipeline, vigora pelo prazo remanescente de proteção no país onde foi depositado o primeiro pedido, até o prazo máximo de proteção concedido no Brasil – 20 anos –, a contar da data do primeiro depósito no exterior, ainda que posteriormente abandonado”.

Governo apela a mais armas contra inflação de alimentos – Valor Econômico. 26/02/2013

O governo está disposto a combater a inflação dos alimentos, que vem subindo 10% ao ano, em média, nos últimos cinco anos, e não dá sinal de trégua, na esteira da valorização das commodities e de problemas climáticos.

O IPCA-15, prévia da inflação oficial, ficou em 0,68% em fevereiro e acumula 6,18% em 12 meses. A queda do preço da energia elétrica, que despencou 13,45% com a redução de impostos patrocinada pelo governo, contribuiu para diminuir a inflação, mas teve seu impacto parcialmente neutralizado pela elevação de 1,74% dos alimentos. As altas foram disseminadas, com destaque para tubérculos, legumes, aves, ovos; farinha e massas.

Várias alternativas estão sendo cogitadas pelo governo para conter os preços dos alimentos. Todas elas envolvem certa dose de interferência na economia.

Uma delas é a desoneração da cesta básica de alimentos. A própria presidente Dilma Rousseff prometeu desonerar a cesta básica, em visita que fez ao Paraná, no início do mês. A promessa envolve a retirada do PIS e da Cofins que incidem sobre a cesta, que inclui carne, leite, feijão, arroz, farinha, batata, tomate, pão, café, banana, óleo e manteiga, além do açúcar, também tributado pelo IPI.

De acordo com cálculos feitos por consultorias, a desoneração da cesta básica pode reduzir a inflação em até 0,4 ponto. Se os Estados colaborarem e fizerem o mesmo com o ICMS, cuja alíquota sobre alimentos varia de 7% a 10%, a inflação cairá mais.

Para a desoneração da cesta básica ir adiante, porém, é preciso que o Congresso aprove o orçamento deste ano, o que ainda não ocorreu apesar de estarmos na última semana de fevereiro. O projeto significará para o governo abrir mão de cerca de R\$ 10 bilhões e, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, isso deve ser compensado pelo aumento de outra receita, que o governo espera obter com concessões de serviços públicos e dividendos de estatais.

Em outra vertente, o governo planeja influenciar os preços dos alimentos com o uso de estoques. Com o objetivo de definir as condições para aquisição e liberação de estoques públicos de alimentos, o governo criou recentemente, por decreto, o Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep). O conselho deverá definir os produtos e as quantidades que deverão constar nos estoques estratégicos do governo assim como as condições de aquisição e liberação.

Várias dessas tarefas eram, até agora, de responsabilidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), cuja atuação, no entanto, teria desagradado ao governo. No início do mês, o governo queria vender estoques públicos de grãos para conter a inflação dos alimentos, mas descobriu que não havia produto suficiente para levar adiante a estratégia, apesar das safras recordes brasileiras. Além disso, a Conab só pode adquirir produtos no mercado quando as cotações estão mais baixas do que as fixadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Para aquisições acima desse valor, é necessária autorização por Medida Provisória (MP).

A carência de estoques não seria culpa apenas dos preços altos. Na avaliação da Presidência da República, registrada no **Valor** em 6/2, o Ministério da Agricultura não agiu no momento adequado em vários casos de aquisições como as do milho e feijão, e de vendas, no caso do arroz.

Além de criar o Ciep, o governo também quer mudar as regras de formação e atuação dos estoques reguladores. O governo avalia a volta do chamado preço de liberação de estoques, mecanismo de venda direta de alimentos acionado em casos de elevação súbita, instrumento usado de 1966 a 1996 e, desde então abandonado.

Outro mecanismo em estudo é a recriação de uma banda de preços para intervenção direta do governo no mercado. A banda variável teria como referência os preços mínimos de garantia fixados pelo governo. Se o preço de um produto passar do teto ou ficar abaixo da banda, a Conab compraria ou venderia automaticamente esses alimentos, sobretudo os da cesta básica. A banda tornaria mais flexível a ação do governo.

Essas ferramentas, abandonadas há décadas, vão dar muito mais poder de fogo para o governo interferir nos preços de mercado dos alimentos, mas devem ser manejadas com cuidado. No passado, essa interferência nem sempre trouxe resultados e mostrou não resolver todos os problemas. Não há como fazer estoque regulador de todo alimento, como o tomate, por exemplo, que vem disparando nos últimos meses.

**Bem-estar animal na berlinda. Ruth Sullivan | Financial Times – Valor Econômico.
26/02/2013**

Os investidores vão receber hoje um aviso de alerta quando as conclusões de um novo marco de referência revelarem que muitas grandes empresas internacionais de alimentos nas quais investem não monitoram de forma adequada o bem-estar de animais de abate usados na cadeia alimentar humana.

A referência de excelência - o primeiro do tipo, que foi apoiado pela Sociedade Mundial de Proteção Animal (WSPA, na sigla em inglês) e pela Compassion in World Farming - chega enquanto mais e mais empresas do setor se veem envolvidas no escândalo do uso de carne de cavalo na Europa, deixando consumidores e investidores cada vez mais preocupados com a gestão de risco na cadeia alimentar.

Entre os piores no ranking do estudo ficaram Walmart, Auchan, Mars e El Corte Inglés. Não foram encontradas evidências sobre o bem-estar dos animais criados para abate em suas agendas comerciais.

Nestlé, Premier Foods, Starbucks e Carrefour também tiveram fraco desempenho. O bem-estar dos animais de abate constava em suas agendas comerciais, mas foram encontradas poucas evidências de que isso tivesse sido de fato colocado em prática.

Das 68 maiores varejistas de alimentos, produtores e restaurantes avaliados no referencial, chamado "Business Benchmark on Farm Animal Welfare", quase a metade (46%) divulga uma política formal de bem-estar para os animais de abate; apenas 41% descrevem como seu conselho de administração ou diretoria supervisionam sua abordagem quanto ao bem-estar dos animais em suas cadeias alimentares; e só 26% divulgam objetivos e metas.

Hilary Green, chefe de comunicações da área pesquisa e desenvolvimento na Nestlé, maior produtora mundial de alimentos, disse que a empresa atualizou sua declaração de compromissos e informações sobre o bem-estar de animais criados para abate desde que a avaliação foi realizada, no terceiro trimestre passado. Ela acrescentou que um relatório, "Nestlé na Sociedade", a ser divulgado em março, vai delinear ainda mais seu compromisso com o bem-estar dos animais de abate.

Na semana passada, a Nestlé retirou pratos de massa das prateleiras na Itália e na Espanha, além de suspender as entregas de todos os produtos processados contendo carne de um fornecedor alemão, depois de testes terem revelado traços (mais de 1%) de DNA de cavalo.

O novo referencial foi elaborado a partir de uma pontuação média por empresa, avaliando o compromisso gerencial, governança, política de aplicação e inovação. Das 68 empresas, 42 ficaram nas duas piores das seis faixas de classificação.

Administrar o bem-estar dos animais criados para abate e prestar contas sobre isso "é uma questão de risco para a qual poucas empresas estão preparadas", disse Rory Sullivan, assessor do referencial e consultor independente. Algumas das empresas avaliadas informaram que era difícil impor suas políticas de bem-estar animal aos fornecedores, em especial quando o fornecedor é mais poderoso que o comprador ou quando o comprador representa apenas uma pequena parte da receita do fornecedor.

A Co-operative Food, do Reino Unido, a Nooble Foods e a Unilever foram classificadas na segunda melhor faixa, na qual se avalia que as boas práticas fazem parte da estratégia de negócios. J. Sainsbury, Marks and Spencer e a rede de lanchonetes McDonald's ficaram na terceira faixa.

Segundo o gerente de bem-estar animal e na agricultura da Marks and Spencer, Mark Atherton-Ranson, o bem-estar animal é preocupação central da empresa, e recentemente a rede varejista avançou ainda mais na questão. "Acrescentamos a nosso site o nosso estatuto de bem-estar animal, logo depois de o informe ter sido realizado, então, estamos ansiosos por ver isso incluído na próxima atualização, neste ano".

Os investidores precisam "engajar-se com as empresas para encorajar uma melhor gestão de risco e prestação de contas", disse Sullivan. Neville White, analista sênior de investimentos com responsabilidade social da Ecclesiastical Investment Management, segue a mesma linha.

"A nova referência vai trazer para o primeiro plano uma questão que até agora talvez não estivesse nos radares dos investidores, mas que pode aparecer cada vez mais como algo chave para a reputação e como risco operacional para as empresas alimentícias, nos setores de produção, processamento, varejo e serviços de bufê", disse. Nenhuma das empresas avaliadas entrou na primeira faixa de classificação. **(Tradução de Sabino Ahumada)**

Oxfam avalia cadeia de produção de grandes grupos. Bettina Barros – Valor Econômico. 26/02/2013

Grandes empresas de alimentos e bebidas evoluíram no monitoramento de suas cadeias produtivas, sobretudo em questões que ganharam mais relevância nos últimos anos, como o uso da água. Mas a lupa sobre o comportamento de seus fornecedores ainda não passa perto de assuntos igualmente relevantes - seja o apoio a pequenos agricultores, às mulheres do campo ou aos direitos à terra. Entre as dez maiores empresas de alimentos do mundo, são raros os compromissos claros para esses segmentos.

A constatação é feita pela britânica Oxfam, uma associação de organizações que trabalham pelo fim da pobreza e da desigualdade no mundo, que divulga hoje o primeiro estudo com foco na atuação das companhias de alimentos e bebidas mais representativas segundo critérios de faturamento, presença global e força de marca.

"Na Índia, são as mulheres quem plantam e colhem a lavoura, mas elas ainda não tem direito de serem proprietárias da terra", diz Muriel Saragoussi, coordenadora da Oxfam no Brasil. "Ao mesmo tempo em que se preocupam hoje com o ambiente e as emissões de gases, não está no radar das empresas a questão da mulher que, diferente do trabalho infantil, é silencioso porque não chama tanto a atenção", acrescenta, mostrando a necessidade de essa parcela dos trabalhadores entrar nas políticas corporativas. Conforme a Oxfam, as mulheres formam 43% da mão de obra agrícola no mundo.

Intitulado "Por trás das marcas - Justiça alimentar e as 10 Grandes empresas de alimentos e bebidas", o relatório faz parte de campanha "Cresça: abra a boca para acabar com a fome", lançada pela Oxfam em mais de 45 países na tentativa de promover debates sobre iniciativas que podem ser tomadas para reverter a fome mundial em um mundo de recursos limitados.

O relatório analisa o estado das políticas de Associated British Foods (dona da Ovomaltine e Twinings), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (antiga Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever, e destaca pontos fracos, de modo que ações possam ser propostas para a melhoria na cadeia de fornecimentos de alimentos. Foram observados temas considerados cruciais para a produção agrícola sustentável, mas negligenciados: mulheres, agricultores familiares e de pequena escala, água, terras, mudança climática e transparência.

Segundo esses critérios, Nestlé e Unilever apresentam melhor desempenho que outras empresas, tendo desenvolvido e publicado mais políticas visando combater riscos sociais e ambientais nas cadeias de fornecimento. Na outra ponta, ABF e Kellog têm poucas políticas para o impacto de suas operações em produtores e comunidades.

"O ranking também mostra que todas - inclusive aquelas com melhores notas - não utilizam o enorme poder que têm para ajudar a criar um sistema alimentar mais justo. De fato, em alguns casos, essas empresas prejudicam a segurança alimentar e a oportunidade econômica dos mais pobres, acentuando a fome dessas pessoas", afirma o levantamento.

Baseados em dados disponíveis nos sites das matrizes dessas empresas e em seus relatórios de sustentabilidade, a Oxfam identificou entre as falhas mais importantes destas políticas o excessivo sigilo sobre suas cadeias de fornecimento de matérias-primas, tornando as alegações de sustentabilidade e responsabilidade social difíceis de verificar. Além disso, nenhuma tem políticas adequadas para proteger as comunidades locais da apropriação de terra e água ao longo das cadeias de fornecimento, nem propicia acesso adequado de produtores de pequena escala e agricultores familiares a essas cadeias. Uma minoria faz algo para evitar a exploração de agricultoras nas cadeias de fornecimento.

"Pagamento de salários adequados aos trabalhadores, preço justo para os agricultores e avaliação e eliminação da exploração abusiva da terra, da água e do trabalho são medidas que definitivamente estão ao alcance dessas poderosíssimas empresas". De acordo com a entidade, a análise das empresas ganha relevância no momento em que a Europa e outros países discutem a importância do controle sobre a cadeia produtiva de alimentos.

Juntas, as "dez grandes" geram receitas diárias de mais de US \$1,1 bilhão e empregam milhões de pessoas direta e indiretamente.

Rede virtual discute educação alimentar e nutricional – Site do MDS. 27/02/2013

Ideias na Mesa foi criada para compartilhar experiências de instituições do governo, universidades e organizações da sociedade civil de todo o país

Brasília, 27 – A educação alimentar e nutricional é tema de debate na Rede Virtual Ideias na Mesa, nesta quinta-feira (28), das 11h às 12h. Este é o primeiro de uma série de bate-papos pela internet que irá debater as consequências da má alimentação e o papel dos governos no combate à desnutrição, sobrepeso e a obesidade. A rede virtual é uma parceria do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS) e a Universidade de Brasília (UnB).

Participam do debate a coordenadora de Educação Alimentar e Nutricional do MDS, Patrícia Gentil, e as professoras Elisabetta Recine, da UnB, e Lígia Amparo, da Universidade Federal da Bahia, respectivamente. Segundo Patrícia Gentil, “o MDS prioriza o tema, ao considerar o problema da má alimentação e a vulnerabilidade da população mais pobre”.

Lançado em novembro do ano passado, o Marco de Referência em Educação Nutricional e Alimentar consolida conceitos e práticas de educação alimentar e permite um olhar multidisciplinar sobre as políticas que promovem o direito à alimentação adequada. O documento foi elaborado a partir de discussões entre representantes de ministérios, de universidades e da sociedade civil e envolveu mais de 1,8 mil profissionais da área.

“O marco traz um novo entendimento sobre o tema no país, com a tentativa de tornar a educação alimentar e nutricional um campo de ação da política pública, monitorado e avaliado desde a produção, logística, abastecimento, até o consumo”, explica Patrícia Gentil.

Na balança – Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), publicada pelo IBGE em 2010, mostram que 49% dos brasileiros adultos (20 anos ou mais) estão com excesso de peso e sobrepeso. Desse total, 14,8% estão obesos. O estudo aponta que houve aumento do consumo de alimentos processados, refrigerantes, pizzas e a redução de alimentos básicos, como, arroz, feijão.

A educação alimentar e nutricional é complementar a diversas ações de segurança alimentar e nutricional promovidas pelo MDS, por meio de equipamentos públicos, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos e ações como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), garantindo alimentação adequada para um número maior de brasileiros.

A Rede Virtual Ideias na Mesa é um espaço de compartilhamento de experiências de educação alimentar e nutricional, que envolve profissionais do governo federal, de universidade e organizações da sociedade civil de todo o país. Em breve, o canal online oferecerá cursos a distância sobre a temática.

Para participar do debate, acesse www.youtube.com/redeideiasnamesa ou a página oficial do Ideias na Mesa, no endereço www.ideiasnamesa.unb.br/index.php.

Quantidade de alimentos doados no ano passado ultrapassou as 200 mil t – Site da CONAB. 27/02/2013

Entre janeiro e dezembro de 2012, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) operacionalizou a doação de mais de 215.973 toneladas de alimentos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). As cestas básicas foram entregues a grupos populacionais específicos: famílias acampadas, comunidades indígenas, comunidades de terreiros, quilombolas, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais e vítimas de calamidades públicas. Também houve repasse de gêneros alimentícios a entidades de interesse social que executam ações de suplementação alimentar e a países em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A maior parte dos produtos, quase 170 mil t, foi destinada à ajuda humanitária para 30 países, abrangendo quatro continentes. As cestas de alimentos beneficiaram mais de 370 mil famílias, com um montante de 30 mil t de produtos, em 25 Estados. As famílias vitimadas por calamidades, mais de 60 mil, foram contempladas com 1,1 mil t de produtos. Já as entidades de interesse social, em número superior a 400, localizadas em mais de 200 municípios, de 25 Estados, receberam 15 mil t de alimentos para os seus programas e ações de suplementação alimentar.

Essas operações são coordenadas pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Relações Exteriores (MRE) e da Pesca e Aquicultura (MPA). A Conab mantém parcerias com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria Nacional de Defesa Civil, Fundação Nacional do Índio, Secretaria Especial da Saúde Indígena, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Movimento dos Atingidos por Barragens e Fundação Cultural Palmares. (*Antônio Marcos da Costa / Assessoria de Imprensa da Conab*)

Segurança alimentar no campo promove encontro em Brasília – Site do MDA. 27/02/2013

Os avanços registrados na segurança alimentar do País, em especial, na agricultura familiar, ganharam destaque na VIII Reunião Ordinária do Consea realizada nesta quarta-feira (27), no auditório do Anexo I do Palácio do Planalto.

Presente na abertura do evento, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas atribuiu boa parte das conquistas à atuação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que tem trabalhado na elaboração das políticas públicas do País nos últimos dez anos.

Durante a solenidade, presidida pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, o ex-diretor do Departamento de Agregação de Valor e Renda, da Secretaria de Agricultura Familiar (Degrav/SAF/MDA), Arnaldo Campos,

foi homenageado. Ele acaba de assumir a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan/MDS), em substituição a Maya Takagi.

Como exemplo da ação positiva do Consea, o ministro citou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 a partir das deliberações do Conselho. “Graças a esse programa, populações em situação de insegurança alimentar e nutricional passaram a ter acesso a alimentos em quantidade e regularidade. O PAA também contribuiu decisivamente para o fortalecimento da agricultura familiar, promovendo a inclusão social no campo”, destacou o ministro.

O Consea

O Conselho estimula a organização da sociedade para que ela faça a sua parte na formulação, execução e acompanhamento de políticas de segurança alimentar e nutricional, constituído pelo poder público e por representantes da sociedade civil. O Consea tem caráter consultivo e assessoria a Presidência da República, traçando diretrizes para que o País garanta o direito das pessoas à alimentação.

Boa causa

Durante a homenagem a Arnaldo Campos, o ministro Pepe Vargas desejou sucesso ao novo secretário da Sesan, em sua missão. “A escolha do Arnaldo foi por uma boa causa. Foi uma escolha muito feliz da ministra Tereza. Quem o conhece sabe do seu compromisso e sua competência em relação à agricultura familiar e à segurança alimentar”, elogiou.

“Trata-se de um novo e grande desafio. A missão da Secretaria está explícita no próprio nome, ou seja, promover a segurança alimentar com uma base produtiva vinculada à agricultura familiar. Existe uma expectativa grande de que a segurança alimentar do País seja cada vez mais assegurada pela agricultura familiar. Por isso, é preciso focar toda a questão do acesso à alimentação e à qualidade dessa alimentação, à distribuição e à chegada desses produtos nas regiões e nas diferentes comunidades”, disse Arnaldo Campos.

Pepe Vargas comentou, ainda, sobre a atuação conjunta entre MDA e MDS. “Desde que assumi o ministério, há quase um ano (14/3), realizamos um grande trabalho de parceria, em especial na estratégia de inclusão produtiva do Programa Brasil Sem Miséria. Vamos dar continuidade a essa união de sucesso com o MDS”, concluiu.

O ministro conclamou os conselheiros do Consea para que o ajudassem a divulgar a 2ª Conferência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf), órgão do MDA, e que será em novembro deste ano, em Brasília. A expectativa do Condraf é de que o encontro reúna 1,5 mil participantes.

Inflação ainda terá peso dos alimentos. Mauro Zanatta e Thiago Resende – Valor Econômico. 27/02/2013

A contribuição dos preços dos alimentos para o combate à inflação será "limitada" em 2013 e o IPCA anual do grupo alimentos e bebidas deve permanecer "no mesmo nível

de 2012", ao redor de 9% ou 10%, segundo conclusão do conselho de ministros reunido ontem para discutir a reestruturação da política federal de estoques públicos.

Refresco para os índices inflacionários "só em 2014", informou uma fonte participante da reunião ao **Valor PRO**, serviço de notícias em tempo real do **Valor**. Nos últimos 12 meses encerrados em janeiro, o IPCA de alimentos e bebidas ficou em 11,07%, calcula o ValorData - o IPCA geral subiu 6,15%.

Os preços dos alimentos em algumas cadeias devem permanecer em alta, sobretudo soja e milho. No trigo, cuja produção terá uma quebra estimada em 25% neste ano, haverá um "pequeno estresse" porque não há estoques nem excedentes no mundo. Mas não deve haver problemas com abastecimento no país nem com a renda dos produtores. O cenário será "de médio para bom", avaliaram os ministros a partir de um amplo estudo preparado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Os preços do feijão e do trigo "preocupam", informou uma fonte do governo. E as cotações do milho, base para a alimentação dos rebanhos bovino, suíno e avícola, devem seguir em alta até o segundo semestre. O grão terá preço inferior ao registrado em 2012, mas ainda assim, será alto. As cotações do milho devem recuar "um pouco", mas a soja "deve manter ou cair um pouquinho", segundo a avaliação.

O conselho, composto ontem pelos ministros Mendes Ribeiro (Agricultura), Gleisi Hoffmann (Casa Civil), Nelson Barbosa (interino da Fazenda) e Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário), volta a se reunir em 20 dias para tentar consolidar a "política integrada" de combate à inflação via gestão de estoques de alimentos. "Avançamos muito porque, a partir de agora, o que for decidido será uma posição de governo", diz uma fonte oficial.

O grupo concluiu que "problemas localizados", como nos casos de feijão e trigo, terão como solução estímulos à concessão de crédito e a revisão dos preços mínimos. Há, ainda, a necessidade de "relacionar" a gestão dos estoques com as medidas do Plano de Safra, a ser anunciado em maio.

O novo pacote ao setor deverá conter, por exemplo, a quantidade do produto a ser mantida nos armazéns oficiais, os preços de intervenção (espécie de "banda"), a garantia de uma margem de lucro ao produtor e a demanda de crédito para estimular a produção e sustentar a comercialização desses produtos.

No caso do milho, o governo avalia que o cenário de preços ao consumidor "não é tão ruim". "Teremos até, em algum momento, que garantir o preço mínimo em algumas regiões", revelou um participante do grupo. O preço ficará alto, mas abaixo do registrado em 2012. A ressalva é que as indústrias processadoras de carne já "absorveram" esses custos mais elevados da matéria-prima.

Além disso, o país deve exportar menos do que as 20 milhões de toneladas de 2012 e o estoque "será bom" em razão de sua recomposição promovida a partir de agora. As carnes também devem ficar mais baratas, mas a melhora para inflação virá "só em 2014". Na avaliação do conselho de ministros, o cenário para o arroz indica que os preços estão "reduzindo, devolvendo ganhos" aos consumidores.

A tentativa do governo de controlar o aumento dos preços dos alimentos por meio de ajustes de estoques públicos torna-se ainda mais importante diante da constatação de que "os mercados internacionais estão muito aquecidos", disse o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller.

"Nossa produção está evoluindo muito forte e, mesmo assim, estamos com estoques baixos", afirmou. "Então, essa discussão é extremamente importante, até no sentido de incentivar um pouco mais algumas culturas, como feijão, arroz, trigo".

Com a expansão do cultivo de soja, muitos alimentos básicos acabam perdendo espaço. Geller disse não serem necessários incentivos à produção de soja. "Muitas áreas estão migrando para a soja. O governo está atento para recompor os estoques e dar sustentação de preço para os produtores que necessitam, principalmente nas culturas que são necessárias para ir à mesa".

A produção agrícola nacional cresce nos últimos anos, mas a "logística não consegue acompanhar", segundo Geller. "É importante a equipe econômica, junto com o Ministério da Agricultura, estarem ligados para resolver essas questões de gargalos que afligem o setor", disse. Ele lembrou ações do governo na tentativa de melhorar a infraestrutura para escoar a produção.

Geller também rebateu críticas à criação do Conselho. "O Ministério não vai abrir mão de conduzir a política agrícola. Sabemos que precisa ser um trabalho articulado", disse.

Agrotóxico faz abelhas desaparecerem e comprometem biodiversidade. Najjar Tubino - Carta Maior . 28/02/2013

O nome científico é Desordem do Colapso das Colônias, traduzido do inglês. Um fenômeno que ganhou relevância nos Estados Unidos, particularmente, na Califórnia em 2006, quando milhões de colmeias desapareceram. O cálculo do sumiço em 27 estados era de 1,4 milhão de colmeias para um total de 2,5 milhões. As abelhas não morrem, elas somem. Não deixam rastro. É como no navio fantasma Maria Celeste, cuja tripulação sumiu em 1872, daí chegaram a apelidar o evento de "Maria Celeste".

O problema aumentou quando o sumiço atingiu vários países da Europa, incluindo, Alemanha, França, Espanha, Portugal, Suíça, entre outros. Começaram a levantar as causas do problema. Das antenas de celulares, ao estresse de percorrer milhares de quilômetros transportando abelhas dentro de caminhões acompanhando as safras de várias culturas. Das 250 mil espécies de plantas com flores, 90% são polinizadas por animais, na maioria insetos, e na sua maioria abelhas – cálculo de 40 mil espécies no mundo, três mil no Brasil.

A polinização das plantas é obrigatória para a reprodução, enfim, garante a continuidade da espécie, a variedade genética e, principalmente, a produtividade. É o caso da maioria das culturas comerciais, como soja, milho, a maioria das frutas. Enfim, calculando em dinheiro o valor atinge US\$200 bilhões no mundo inteiro, US\$40 bilhões nos Estados Unidos. Em janeiro desse ano, as autoridades sanitárias da Europa (EFSA), controla a segurança dos alimentos, determinou que fossem submetidos a exames detalhados três

inseticidas, da classe dos neonicotinoides (origem da nicotina), fabricados pela Bayer – clotidianidina e imidacloprida – e tiametoxan, da Syngenta.

Inseticidas suspeitos

A EFSA argumenta que os inseticidas por meio de resíduos na terra, no néctar e pólen são alto e grave risco para as abelhas na forma pelo qual são aplicados em cereais, algodão, canola, milho e girassol, entre outras plantas. O órgão regulador determinou a avaliação de risco muito mais abrangente para o caso das abelhas e introduziu um nível mais alto de atenção na interpretação dos estudos de campo, ressaltando que não tem dados para concluir que os inseticidas contribuem para o colapso das colônias. Mesmo assim países como Itália, França, Alemanha e Eslovênia proibiram o suspenderam o uso dos venenos.

A Syngenta divulgou uma declaração de que “esse relatório não é digno da EFSA e seus cientistas”. Já a Bayer, que fatura 800 milhões de euros com os neonicotinoides, informou que os produtos químicos não causam danos as abelhas se usados da maneira pela qual foram aprovados na Europa. Existem 18 casos relatados na literatura mundial de mortandade de abelhas, segundo os pesquisadores Maria Cecília de Lima e Sá de Alencar Rocha, em um amplo estudo publicado no ano passado pelo IBAMA, chamado “Efeitos dos Agrotóxicos sobre abelhas silvestres no Brasil”.

“O que diferencia essa ocorrência é que as chamadas escoteiras ou exploradoras não estão retornando às colmeias, mas deixando para trás a ninhada (abelhas jovens), a rainha e talvez um pequeno grupo de adultos, provocando o enfraquecimento da colônia. Além disso, não são encontradas abelhas mortas dentro do ninho, nem ao redor das colmeias”, registra o trabalho dos pesquisadores.

Mais interessante é que as colmeias não são saqueadas por outros insetos, como formigas ou besouros. Também é importante ressaltar que as abelhas, que existem há 60 milhões de anos, formam um sistema mutualista com os vegetais, seguramente, é um dos sistemas mais importantes de suporte da vida no planeta. O físico Albert Einstein deu uma declaração há muitos anos, dizia o seguinte:

“No dia em que as abelhas desaparecerem do globo, o homem não terá mais do que quatro anos de vida”.

Um estudo da Escola de Saúde Pública de Harvard realizado em Worcester County, Massachussets, com 20 colmeias, usando aplicação dos inseticidas citados, determinou que a partir da 23ª semana, 15 de 16 colmeias tinham desaparecido. Usaram uma dosagem do inseticida menor do que a encontrada no ambiente. O Programa de Meio Ambiente da ONU (PNUMA) apresentou um relatório sobre o caso e 2011, também faz referência ao uso indiscriminado de agrotóxicos no mundo.

Circula com a seiva

Claro, o desmatamento também é outra causa. Nos últimos anos, mais de 100 milhões de hectares de floresta foram perdidos no mundo, se contar outros usos das terras, a agricultura avançou em quase 500 milhões de hectares. Dos 13,066 bilhões de hectares

ela ocupa 38,3%. Mas também está mais do que evidente que o consumo de agrotóxicos aumentou muito mais do que a área expandida da agricultura.

Os neonicotinoides são considerados uma classe de inseticidas que agride menos o meio ambiente, comparado com os organofosforados, piretroides e carbamatos. Mas a função dele é matar insetos. Todos eles. Além disso, tem ação sistêmica, ou seja, ele se espalha pela planta e atinge a seiva e passa a percorrer todo o organismo. Outro ponto: os agricultores fazem tratamento das sementes com os inseticidas. Isso significa que, ao germinar, a planta já traz o veneno na seiva, contaminando o pólen e o néctar, alimento das abelhas e das suas crias.

No Brasil não existe avaliação sobre colapso ou contaminação de colmeias. Existem muitos casos registrados em vários estados, como o Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas e São Paulo. Todos ligados a produção de colmeias localizadas nas cercanias de áreas agrícolas, como soja, cana ou milho. O presidente da Federação Internacional de Apicultura, Gilles Ratia, diz que no Brasil em função do uso indiscriminado de agrotóxicos a perda das colônias atinge 5 a 6%, das cerca de dois milhões de colmeias consideradas, um número em torno de 350 mil apicultores. Esta é uma atividade da agricultura familiar no Brasil, e o grande crescimento ocorre no nordeste, onde a atividade cresceu 290% nos últimos anos. O Piauí é o segundo produtor nacional de mel, com quase cinco mil toneladas, atrás do RS, que produz quase oito mil toneladas. Os dados são do SEBRAE, de 2009.

Perde o rumo

Entretanto, nos países desenvolvidos a taxa de mortandade por contaminação de agrotóxicos alcança 40%, segundo Gilles Ratia.

A abelha “*apis mellifera*” é a espécie mais usada na polinização, principalmente das culturas comerciais. É um inseto social, que trabalha coletivamente e de forma organizada. É capaz de voar quase três quilômetros em volta da colônia. Ela avisa suas companheiras sobre o local onde está a fonte de alimentação, através de uma dança circular, e também por contato olfativo. Qualquer interferência nesse processo, ela perde a referência, não informa suas companheiras e, como está acontecendo agora, não memoriza o local da colmeia. Perde o rumo.

É conhecido internacionalmente o poder de fogo dos venenos usados nas plantações comerciais. O objetivo deles é atingir o sistema nervoso dos insetos. Por um motivo simples: eles foram fabricados para matar humanos, e o ponto central, era atingir o sistema nervoso. O sujeito contaminado entra em convulsão e morre rápido. O veneno penetra no espaço entre as células e acelera o processo, devido à transmissão contínua e descontrolada dos impulsos nervosos. O sistema nervoso central entra em colapso.

O Brasil que é o campeão no uso de agrotóxicos com mais de um milhão de toneladas de consumo, sem contar o que entra contrabandeado. Até a aprovação da lei que regulamenta o uso desses venenos em 1989, as indústrias registravam os produtos com uma facilidade enorme, inclusive muitos já proibidos nos países de origem das mesmas empresas, como Estados Unidos e Alemanha. Aliás, ainda durante a ditadura, quando ocorreu a ocupação do Centro-Oeste e parte da Amazônia existia um Plano Nacional de Defensivos Agrícolas. O agricultor que procurava crédito rural destinava 20% na

compra de insumos técnicos, como fertilizantes, venenos e sementes industriais.

Flores em Nova Friburgo

Agora, há quase três anos a ANVISA tenta reavaliar 14 princípios ativos desses agrotóxicos. Conseguiu banir um (tricloform), e outro já proibido em vários países – metamidofós -, está para ser banido. Mas o SINDAG, que representa as maiores indústrias recorreu na justiça, e nove ainda estão impedidos de ser reavaliados. Incluindo o glifosato, que foi aprovado como um agrotóxico classe IV, de baixa toxicidade.

Para completar o caso do sumiço das abelhas, vou citar alguns dados do trabalho de mestrado em saúde pública da pesquisadora da Fiocruz, do Rio de Janeiro, Marina Favrin Gasparini, sobre trabalho rural e riscos socioambientais, na região de Nova Friburgo, onde aconteceu a tragédia conhecida, com o desmoronamento de parte da serra. Ela morou na região e fez a pesquisa, entrevistando muitos produtores, todos pequenos, propriedades em média de 1 a 12 hectares, após o acidente. A região serrana do Rio de Janeiro é o segundo maior polo produtor de flores do país, atrás de Holambra, em São Paulo. Também é um dos maiores na produção de hortigranjeiros, como tomate e couve-flor.

Tem um dos maiores índices de aplicação de agrotóxicos por área e por trabalhador, é cinco vezes maior que a média do Sudeste e 18 vezes a média do estado- 56,5kg por trabalhador rural/ano. Segundo levantamento da empresa de pesquisa agropecuária do Rio – PESAGRO -, dos 32 agrotóxicos mais usados, 17 sofrem restrições em outros países, oito já foram proibidos. “Elevados índices de contaminação ambiental e humana foram encontrados nessa região, como decorrência do uso intensivo destes agentes químicos”, registra a pesquisadora.

Rosa fluminense envenenada

Começando pelo deslizamento, dos 657 pontos vistoriados na região serrana pelo Ministério do Meio Ambiente, 92% já tinham sofrido algum tipo de alteração, somente 8% mantinham mata nativa original. A produção de flores iniciou em Nova Friburgo na década de 1950, por descendentes de suíços e alemães que ocuparam a região desde 1819. Mas ganhou forma depois dos anos 1970, quando a Holanda, maior produtor mundial de flores – 85% da Europa -, começou a implantar polos nos países latinos. Casualmente, logo depois que o livro de Rachel Carson sobre os efeitos dos venenos no ambiente e para a saúde humana foi publicado. A Holanda, se considerarmos o uso de agrotóxicos per capita e por área, é a campeã no uso.

As flores mais produzidas são de clima temperado – rosa, crisântemo e palma. Mas outras 30 variedades são produzidas. Também mudas de rosa. Com toda a beleza, a cultura da rosa é a que mais aplicações recebe. No mínimo, uma por semana, no verão, quando os insetos e fungos atacam mais, de duas a três aplicações por semana. Trata-se de uma produção familiar onde todos os membros da família estão expostos. Os produtores, em função do envolvimento intensivo na produção e comercialização, compram os produtos dos representantes da indústria ou das casas comerciais da cidade. Ganham em troca análise de solo baratinho, ou de graça.

Não reconhecem o risco de usar os agrotóxicos. Vários dos entrevistados sentiram problemas de contaminação, mas não chegam a registrar o caso. Procuram atendimento médico em último caso. É assim em todo lugar. A indústria além de fabricar o veneno, ainda joga no usuário o problema da contaminação. É sempre ele o culpado. Nova Friburgo é cortada por três rios e está integrada em duas zonas de conservação permanente- Macaé de Cima e o Parque Estadual Três Picos.

Pegando esse gancho, vou sugerir aos sambistas da Vila Isabel, que receberam R\$3,5 milhões da BASF, para produzir o samba enredo campeão do carnaval carioca de 2013, que se inspirem em outro tema para 2014. Quem sabe: “a rosa fluminense envenenada”. A BASF comemorou como ninguém o campeonato do carnaval. O patrocínio “faz parte de uma estratégia maior da companhia em ações de valorização do produtor rural, conseguimos levar nossa mensagem a uma audiência enorme”, como declarou ao site da empresa, o vice-presidente da Unidade de Proteção de Cultivos, Maurício Russomano, como eles chamam a unidade que vende inseticidas, fungicidas e herbicidas, e faturou em 2011, 4,1 bilhões de euros. Ela é líder mundial na venda de “defensivos agrícolas”, como eles chamam os venenos.

Requião: transgênicos encarecem produção e deixam agricultores reféns – Site do MST. 28/02/2013

Agricultores brasileiros e a multinacional Monsanto não conseguem chegar a um acordo sobre a cobrança de royalties das sementes de soja geneticamente modificadas. Colocadas como a grande solução para o aumento da produtividade, as sementes encarecem o custo da produção e deixam os agricultores reféns da Monsanto já que no Brasil a soja RR1 é protegida por vários direitos de propriedade intelectual, inclusive patentes.

A Federação da agricultura do Estado do Paraná – Faep – afirmou para a imprensa que as negociações com a Monsanto “foram duras”. De acordo com o texto distribuído, a Faep, juntamente com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e outras federações haviam fechado um acordo com a Monsanto pelo qual os produtores rurais poderiam deixar de pagar royalties pelo uso de semente de soja transgênica RR1, cuja patente está sendo discutida judicialmente.

A Monsanto, contudo, ao invés de utilizar a minuta acordada, conforme as tratativas, optou por outro texto no qual, além da renúncia a qualquer ação judicial em relação à RR1, o produtor rural aceitava as condições que a empresa queria impor a uma nova semente transgênica, a ser lançada brevemente. De acordo com a legislação brasileira, a Monsanto busca corrigir o prazo de uma de suas patentes brasileiras para essa tecnologia até 2014.

“Ao lançar mão desta manobra, a Monsanto desonrou o acordo feito com as federações de agricultura para tentar fazer com que produtores convalidassem previamente as condições que a empresa desejava para nova semente transgênica”, disse o presidente da Faep, Ágide Meneguette.

No último dia 26, a Monsanto anunciou que adiará a cobrança de royalties da soja RR1 no Brasil, até que haja decisão final da justiça. No entanto, alerta: a companhia pretende

continuar documentando e mantendo as informações comerciais relativas àqueles que usam a soja RR1 durante este período de adiamento na cobrança.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa